



Voz Operária

Jornal do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes - ANO 16 - N 21 - Março de 2015 - Contribuição: R\$ 2,00



A disposição crescente para a
luta da classe trabalhadora
mesmo sob ataques do capital
p. 6-8

Contribuição do PCLCP ao V Seminário
Contra a Privatização da Saúde:
Privatização da Saúde
e a intensificação das contrarreformas
neoconservadoras do capital

p. 9

A difícil situação
brasileira,
conjuntura
pós-eleições 2014

p. 5

Previdência
O governo continua
a retirar direitos
dos trabalhadores

p. 11



p. 14-15

A crise urbana e a
luta pelo
direito à cidade

p. 16



Situação nacional pós-eleitoral

Nas eleições de 2014, adotamos o critério de apoiar candidaturas capazes de fortalecer as lutas democráticas, anti-imperialistas e proletárias; comprometidas com a política do Movimento Pró-Frente ou ao menos com valores, bandeiras e referenciais que acumulem força para as lutas do povo no período pós-eleitoral.

Apoiamos a candidatura do PSOL para a Presidência da República, buscando aproximar o conjunto das forças e candidaturas consequentes, que fazem uma oposição de esquerda ao campo conservador (oposição de direita versus lulismo). Nossa política foi coerente e fizemos o que estava ao nosso alcance. O PSOL dobrou a votação para presidente, é a legenda eleitoralmente mais influente no campo à esquerda. Infelizmente, alheias à necessidade política de unidade do movimento proletário e popular, o campo oposicionista formado pelas legendas partidárias à esquerda (com registro no TSE) apresentou-se fragmentado, com escassa capacidade de responder aos anseios das grandes massas; o que resultou na sua minguada expressão eleitoral: em conjunto 1,7% dos votos válidos.

Foi correto o nosso apoio, no segundo turno das eleições presidenciais, à candidatura de Dilma Rousseff. O PCLCP o fez sem nenhuma ilusão quanto aos programas e governos do PT, que sequer assumem um reformismo democrático e nacional consequente. Apesar das duas candidaturas que polarizaram as eleições integrarem o campo do capital monopolista, elas possuíam importantes diferenças entre si. A “polarização” decorreu do extremismo da direita eleitoralmente aglutinada em torno da candidatura do PSDB, pois a cúpula petista permaneceu passiva, quase totalmente limitada à polêmica em torno da “pequena política”. Identificado com o capital financeiro internalizado, o centrismo petista sequer retoma as tradições desenvolvimentistas da aliança entre industrialistas e trabalhadores pré 1964. No máximo verbaliza fracos matizes reformistas e defende tímidas concessões aos pobres que não tocam nos privilégios dos ricos.

A derrota da candidatura presidencial de Aécio Neves – expressão da direita radical (reunindo setores pró-imperialistas extremados e saudosistas da ditadura militar) – foi uma vitória do povo brasileiro. A direita, porém, superou sua fase defensiva: tornou-se atrevida e ganhou base de massa, inclusive entre a juventude. A renovada agressividade desta direita radical tem características fascizantes; visceralmente articulada com os interesses do imperialismo estadunidense em busca de: retomar o projeto da ALCA, reverter os avanços populares em toda a América Latina, se apropriar das reservas do Pré-sal e acentuar a privatização da Petrobrás, avançar na privatiza-

ção do próprio Banco Central. O campo aglutinado em torno da candidatura Aécio é a expressão mais extremada da agressiva ofensiva do grande capital; voltada para eliminar todos os aspectos progressistas da CLT, intensificar a retirada de direitos sociais e revogar a política de elevação do salário mínimo.

Por outro lado, a formação dos Ministérios do segundo governo Dilma, confirma e intensifica o cariz essencialmente conservador dos governos petistas. A nova composição da equipe econômica e o perfil do novo Ministro da Fazenda prenunciam uma política ainda mais subordinada aos interesses exclusivos do capital monopolista. Além dos cortes do orçamento (que incidem principalmente sobre gastos sociais, educação, saúde, etc.) voltados para elevar o superávit primário e pagar a dívida pública, a nova política econômica possui caráter global recessivo e regressivo; com aumento da taxa de juros, retirada de direitos sociais e trabalhistas, “terceirizações”, etc. Por aí o Governo Dilma tende a perder o apoio dos setores populares que garantiram sua vitória eleitoral, erodindo sua legitimidade e tornando sua situação perigosamente vulnerável, a mercê das pressões imperialistas e cativo das chantagens do Congresso Nacional profundamente reacionário.

O PCLCP cente a ofensiva política e ideológica da extrema direita articulada em torno do PSDB e seus aliados, expressão política dos maiores inimigos do movimento proletário e popular em nosso país.

O PCLCP permanece não só plenamente independente diante do governo e seu campo de apoio, como em frontal oposição às políticas governamentais contrárias aos interesses populares. Neste cenário, reitera que, tanto a resistência contra as políticas regressivas, quanto a luta autônoma, organizada e unitária das massas.

As esquerdas continuam subestimando tanto a necessidade de elaboração programática, quanto o trabalho de organização e de conscientização das forças populares para levar adiante o processo revolucionário no país.

A via da revolução brasileira, cuja estratégia é socialista, passa pela construção do bloco histórico contra-hegemônico (antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário), que represente a unidade de amplas forças sociais e políticas em torno de um projeto revolucionário adequado à realidade atual do País. Tal projeto deverá resultar das lutas dos trabalhadores e da sua organização para alcançar objetivos parciais articulados (na medida do possível) com concepções programáticas mais sistematizadas e abrangentes, que possam contribuir para acumulação de forças e a criação de condições –

inclusive a formação de partidos políticos revolucionários – para a conquista do poder político, objetivo sem o qual o processo revolucionário ficaria inconcluso e sujeito a novas derrotas.

Considerando o nível de espontaneidade e desorganização em que se encontram os setores populares na atualidade, não nos parece possível, num futuro próximo, a eleição de uma Constituinte, comprometida com os interesses dos trabalhadores. Pior ainda seria uma pseudo-reforma política no âmbito do atual Congresso Nacional, o mais conservador dos últimos tempos, a qual se constituiria certamente numa contrarreforma. Outra questão que está na pauta dos movimentos populares e encontra furiosa resistência do grande capital é a chamada “regulamentação dos meios de comunicação”. Sem dúvida é necessário uma Reforma política democratizante e a democratização dos meios de comunicação. Estas lutas devem ser encaminhadas em conjunto com a luta abrangente por reformas populares e transformações estruturais democratizantes: reforma agrária antilatifundiária, reforma urbana e direito à cidade, reforma tributária com aumento do imposto sobre os lucros das grandes empresas e grandes fortunas e diminuição radical das taxas sobre consumo, com redução (ou isenção) da tributação sobre as rendas provenientes dos salários (assim como dos micronegócios de pequeno-burgueses e autônomos).

O financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais seria um avanço. A direita argumenta que isto seria algo “totalitário”, porque irá liberar partidos e candidatos de “convencer as pessoas a aceitar suas opiniões e financiá-los”. Ora, o que ocorre é algo muito distinto. As candidaturas sustentadas por “pessoas” aglutinadas (e mais ou menos organizadas) em tornos de ideais e interesses populares emancipatórios constituem-se hoje em honrosas exceções. A regra é um esquema de financiamento em que não é tanto os candidatos que convencem as grandes empresas a apoiá-los; o grande capital é que viabiliza certas candidaturas com o objetivo de subordinar o Brasil às imposições monopolistas-imperialistas. Ora, quem paga a orquestra escolhe a música: com as campanhas cada vez mais caras, a esmagadora maioria dos eleitos fica refém dos monopólios que os financiam. É uma ilusão acreditar que no capitalismo se conseguirá eliminar o “caixa 2” do financiamento eleitoral pelos monopólios; mas é possível o criminalizar, reprimir e mitigar.

Na medida em que o tema da “reforma política” está em debate, reafirmamos às seguintes propostas do Programa Mínimo aprovado no XII Encontro Nacional do PCLCP no sentido de ampliar a liberdade política e reformar as leis eleitorais e partidárias, explicitando alguns desdobramentos nele baseadas.

(ver programa completo em:
<http://cclcp.org/index.php/pclcp/programa>)

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes
Direção Nacional



A DIFÍCIL SITUAÇÃO BRASILEIRA

Temos visto no Brasil, nos últimos anos, um crescente sentimento de insatisfação com o governo federal, que tem se expressado na forma de manifestações populares pelo impedimento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O auge deste fenômeno ocorreu no último domingo, 15 de março, quando centenas de milhares de brasileiros foram às ruas protestar contra o governo Dilma, pedindo seu impeachment e, inclusive, uma “intervenção militar”. Embora o governo e formadores de opinião da grande mídia tenham afirmado que as manifestações são democráticas, o conteúdo delas se destaca pelo forte apelo Golpista e várias manifestações de ódio contra os trabalhadores, suas organizações, com os comunistas, as minorias e a esquerda.

1. Crise do petismo e a fragmentação da esquerda brasileira

É provável que muitas pessoas tenham ocupado as ruas com “boas intenções”, protestando contra o aumento dos preços dos combustíveis, da energia elétrica, dos bens de consumo de massas em geral (aumento da inflação), e contra o discurso pré-eleitoral petista, cuja promessa tem sido contrariada na prática pelas medidas governamentais do PT, como por exemplo, o caso das Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram as regras do seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, entre outros direitos dos trabalhadores. A justificativa para tais medidas é o Superávit Fiscal, ou seja, garantir mais recurso para a dívida pública nas mãos dos especuladores. Estes elementos, somados a publicização dos episódios de corrupção de um cartel de empreiteiras contra a Petrobras, têm sido o pano de fundo no processo de mobilização dos descontentes com o atual governo. Estes elementos indicam que o modelo de conciliação de classes praticados nos últimos 12 anos está se esgotando.

O PT manteve ao longo dos seus governos uma política macroeconômica que beneficia os monopólios: das empreiteiras, dos bancos, dos industriais, do latifúndio (agronegócio). Para as classes trabalhadoras destaca-se a política de valorização do salário mínimo e as políticas compensatórias de combate às manifestações mais agudas da miséria absoluta. Setores médios da classe trabalhadora, por exemplo, os servidores públicos, trabalhadores especializados (nível superior), mantiveram perdas de direitos e de poder aquisitivo no período dos governos petistas. As demandas populares por reforma agrária e urbana foram abandonadas em nome do avanço do latifúndio e da especulação imobiliária.

Esta forma de governar apresentou, em certa medida, o crescimento econômico decorrente do contínuo e ininterrupto aumento da dívida pública, injetando recursos em abundância para o crédito privado (para financiamento de grandes obras de infraestrutura para eventos de visibilidade mundial,



como Copa do Mundo e Olimpíadas) e estimulando o endividamento das famílias, aquecendo de forma significativa o mercado interno de bens duráveis por um lado, e intensificando a extração de recursos naturais para exportação, por outro. Mesmo neste cenário de pseudo êxito econômico da última década os trabalhadores tiveram seus direitos retirados e constantemente sendo acusados de comporem o “custo Brasil”. A desaceleração da economia dos últimos anos demonstra que a fórmula da política macroeconômica se esgotou.

Mesmo com índices de crescimento econômico superiores às duas décadas anteriores e com nível de popularidade alta, o governo petista ignorou olímpicamente às reivindicações das classes trabalhadoras, inclusive dos seus próprios correligionários do movimento sindical, União Nacional de Estudantes e Movimento Sem Terra.

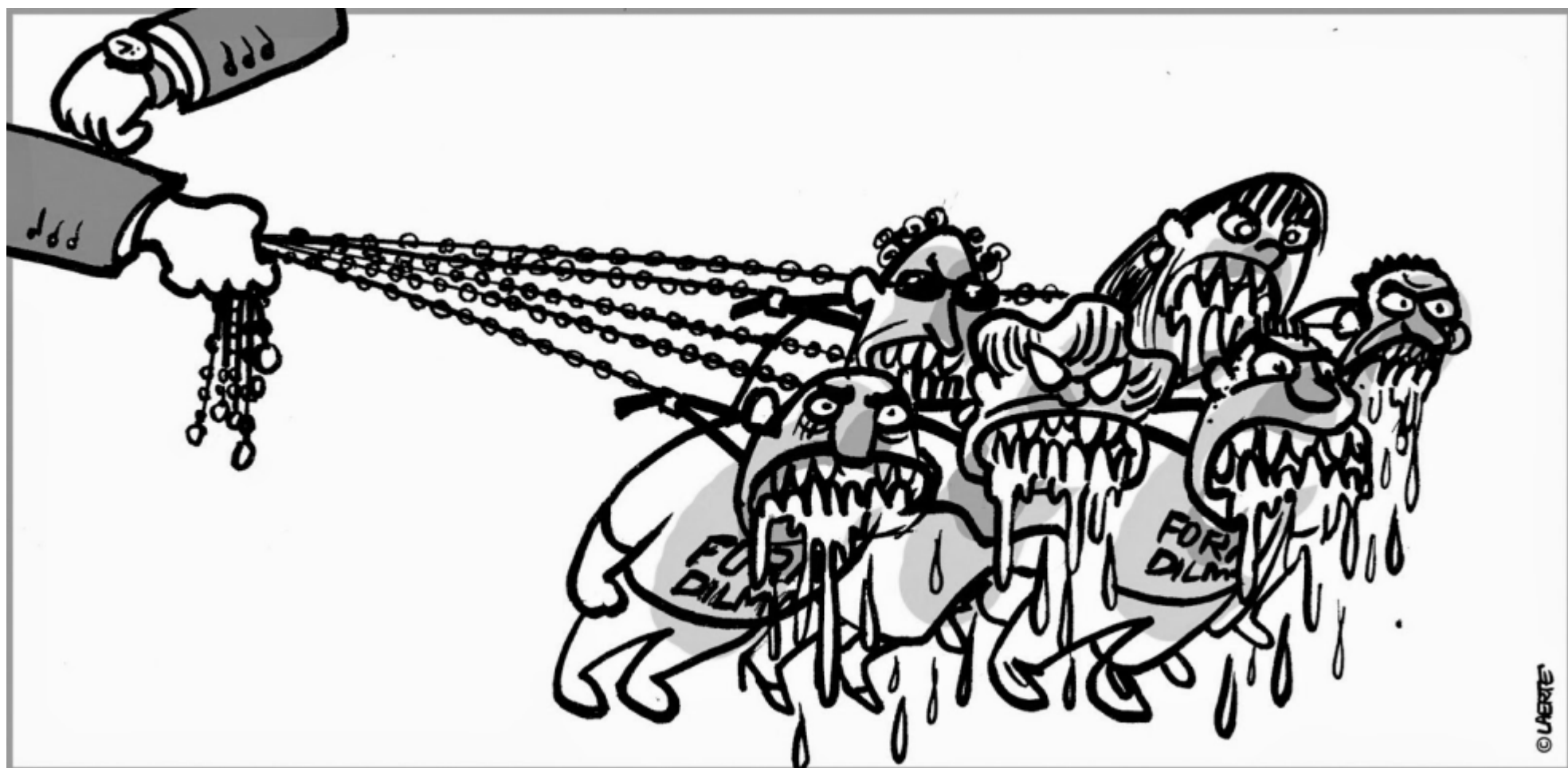
O protesto social foi amenizado pela significativa incorporação (domestificação) das direções das organizações sindicais, populares, e dos movimentos sociais aos projetos governamentais que - apesar da retórica popular do governo - mantiveram a transferência de riqueza para a oligarquia (tornando os ricos mais ricos). Aliás, nestes

doze anos de governos do PT os movimentos populares perderam força, entre o dilema de apoio ou não ao governo. Poucos setores destes movimentos mantiveram independência política em relação ao governo; ao mesmo tempo

“O fato é que durante os governos petistas não surgiu no Brasil uma alternativa popular com capacidade e força para recolocar na agenda da classe trabalhadora e dos setores médios um programa por reformas populares efetivas”

aprofundou-se a fragmentação e a dispersão dos movimentos populares de esquerda. Ou seja, a esquerda independente no Brasil está fatiada em múltiplas frentes. Até mesmo a palavra “unidade” tem sido usada para encobrir iniciativas sectárias e auto proclamatórias.

O fato é que durante os governos petistas não surgiu no Brasil uma alternativa popular com capacidade e força para recolocar na agenda da classe trabalhadora e dos setores médios um programa por»



reformas populares efetivas. Os movimentos e setores da esquerda brasileira têm se mantido apenas na resistência (com vitórias isoladas e parciais) as contrarreformas do governo e da direita tradicional. Há duas décadas e meia – desde o momento imediatamente posterior à aprovação da Constituição de 1988 – que a classe trabalhadora está perdendo direitos, e isso inclui os doze anos de mandatos do PT.

O vazio organizativo da esquerda e a indiferença dos governos do PT à participação popular e de movimentos sociais nos rumos da nação – que, já em 2003, optou em governar com aliados da direita tradicional, mesmo os mais reconhecidamente corruptos – criou um ambiente propício para o surgimento de manifestações de caráter difuso, como se viu nas Jornadas de 2013. Isto permitiu que os anseios e as inquietações de setores dos trabalhadores fossem apropriados pelo ideário conservador da direita (que, por sinal, é proprietária dos meios de comunicação de massa) e da extrema direita, fazendo desaparecer do debate e das manifestações de rua as questões programáticas que mais interessam às classes trabalhadoras.

Tal cenário se expressa na máxima política do senso comum de que todos os problemas nacionais estão resumidos ao fato de que existe muita corrupção no governo, e quem paga a conta “da roubalheira” é o povo, desencadeando uma campanha de caráter moralista seletiva. Sendo que o foco dos holofotes midiáticos contra a corrupção estão exclusivamente sobre o PT obscurecendo o protagonismo das empreiteiras nas estruturas corruptivas do estado capitalista. Assim, os gritos de ordem pelas redes sociais e pelas ruas se resumem a “Fora corruPTos”, ou “fora corruptos do PT”, deixando claro que não existe tanta preocupação com a corrupção em geral, que de fato existe e é estrutural da socieda-

de capitalista. Sem cair num discurso moralista sobre a corrupção é impossível não dizer que diversos dirigentes do PT adotaram as mesmas práticas dos setores mais venais da velha burguesia nativa e seus sócios estrangeiros. Basta ver os montantes gastos com campanhas eleitorais. As cifras dos petistas não são inferiores as da direita tradicional, e os doadores também são os mesmos (as dez maiores empresas doadoras em 2014 destinaram cerca de 68% das doações à candidata Dilma do PT, e 23% para Aécio Neves do PSDB). Apesar de defender o financiamento público de campanha, o PT não tem sido moderado em receber quantias fabulosas de grupos privados, estes mesmos que fazem negócios ainda mais vultosos com o governo.

2. Ofensiva imperialista e a articulação da direita golpista

O quadro atual da conjuntura brasileira é preocupante. Temos visto o governo caminhar sempre para a direita no trato das questões econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que as forças mais conservadoras da sociedade aprofundam a intensidade de sua ofensiva contra o governo. Diante de um novo e maior ataque, o governo faz ainda mais concessões à direita.

O que não está devidamente explicitado pelos meios de comunicação e políticos da sociedade brasileira é que esta ofensiva da direita está em consonância com os interesses do capital estadunidense e de seu governo. Neste cenário o modo de produção capitalista reafirma sua fase imperialista pela intensificação das ações políticas e econômicas voltadas para a realização dos interesses ianques, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribe. No âmbito econômico a intensificação da privatização dos patrimônios do pré-sal, da Petrobras, do Banco

do Brasil e da Caixa Econômica Federal justificam a ofensiva articulada a partir dos EUA contra o atual governo.

Em termos globais, o fortalecimento das relações comerciais do Brasil com China e Rússia tem desagradado o imperialismo estadunidense, embora esta relação não represente para o povo brasileiro muito mais que o atendimento dos interesses de monopólios privados. Não há dúvida, no entanto que o Brasil (o governo brasileiro) é o “elo mais frágil” dentre todos os países citados em termos de enfrentamento as posições políticas e econômicas do imperialismo. Se por um lado o Brasil é a maior economia da América Latina, por outro é o que apresenta maior debilidade no enfrentamento político as imposições do imperialismo.

No âmbito das relações políticas internacionais das Américas o governo brasileiro tem oscilado entre manter uma política de “boa vizinhança” com os Estados Unidos da América e permanecer politicamente próximo dos governos populares da Venezuela, Equador, Bolívia, Uruguai, Nicarágua, El Salvador, e vários outros países de matiz reformista e anti-imperialista. Evidente que o governo dos Estados Unidos detesta essa relação amistosa do Brasil com os governos populares da América Latina assim como detesta o bloco comercial do Brasil, com China, Rússia, Índia e África do Sul.

Os setores dirigentes dos protestos do dia 15 são a parcela mais entreguista e mais apátrida que existe em nosso país. A capital política e cultural deles não é nenhuma cidade brasileira, e sim Nova York ou Miami. O verde e amarelo predominante foi apenas a forma oportunista de angariar o sentimento patriótico do povo, pois, a rigor, a motivação profunda das manifestações do dia 15 de março representa a política mais antipatriótica possível.



3. Contra o Golpismo: movimento das classes trabalhadoras por reformas populares

Quando indicamos voto em Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014, não tínhamos nenhuma ilusão com um novo governo. Sabíamos que seguiria a mesma linha, a pior. Mas entendemos que não foi um erro votar no PT naquele segundo turno, pois era a forma de não permitir a vitória das forças reacionárias que estiveram mobilizando a insatisfação popular no último domingo. Entendemos que estes setores da sociedade podem representar um ataque mortal às organizações populares, movimentos sociais, aos comunistas e aos partidos de esquerda em geral. Jamais devemos nos omitir de contribuir para derrotar a direita reacionária. De qualquer forma, queremos reafirmar que não somos e nunca fomos parte dos governos do PT, que desde o primeiro semestre de 2003 temos publicado nossa posição de oposição de esquerda ao governo. Entendemos que precisamos rearticular as forças populares, unir todas as forças possíveis da esquerda, para recolocar na pauta da sociedade e dos poderes públicos as demandas mais urgentes das classes trabalhadoras e do povo pobre deste país.

Contudo a ofensiva golpista contra este governo frágil não é uma quimera, a desestabilização de governos na América Latina tem se intensificado na medida em que os interesses ianques vão buscando meios de reduzir os nefastos impactos da crise estrutural do capital, impondo uma agenda política e econômica regressiva para o continente (NAFT, ALCA, TLC). A alternativa social de combate ao golpismo é a adoção de uma política claramente anti-imperialista e denunciar as intervenções militares ou não dos EUA nos assuntos nacionais latino-americanos e caribenhos. Uma derrubada do governo Dilma nesta conjuntura não representará qualquer avanço para a sociedade brasileira, pelo contrário, representará o retrocesso.

É preciso que todas as forças de esquerda se unam para recolocarmos na pauta um conjunto mínimo de bandeiras de interesse popular, demonstrando que existe alternativa para as classes trabalhadoras para além da despolitização golpista de extrema direita e da capitulação dos sindicatos, movimentos e partidos governistas.

As manifestações golpistas estão na ordem do dia e não cessarão sem um amplo e vigoroso movimento que coloque na pauta a partir das ruas as demandas populares.

Não estamos à beira de um golpe de Estado no Brasil, contudo este pode vir pela força ou pela via institucional do impeachment na medida em que os horizontes político e econômico da extrema direita orientada pelos ianques vislumbra uma forma mais eficaz de realizar seus objetivos. Sabemos que, dado o grau de fragilidade das forças governistas, ou do petismo dentro do próprio governo, basta um único indício para que exista o fato

concreto que possa justificar o impeachment. Lembremos que Fernando Collor foi impedido de continuar governando por conta de um pequeno veículo utilitário que a “Casa da Dinda” (residência presidencial do período Collor) havia recebido em doação de uma empresa (empreiteira). Um golpe militar não ocorre se a iniciativa for exclusivamente dos militares. Em 1964 o golpe foi empresarial-militar, reforçando os interesses monopolistas por meio da junta militar. Hoje a Constituição de 1988 permite que as Forças Armadas sejam convocadas por um dos poderes para garantir a “lei e a ordem”. Ou seja, qualquer dos poderes pode chamar as Forças Armadas para afastar um governo considerado ameaçador da “lei e da ordem”. E lembremos que “a ordem” possui um significado que não está limitado à lei. Em outras palavras, a caserna seguiria, sem o menor pejo, uma ordem que emane dos setores econômicos dominantes e que tenha a articulação do imperialismo.

O golpismo atualmente representa mais uma tática imperialista e da direita para que o governo Dilma seguir aprofundando as políticas de interesse dos monopólios e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo pobre. Não descartamos o começo de uma guinada do governo Dilma mais para a direita também nas relações internacionais. Ou seja, não estamos diante de um golpe, pois este golpe só aconteceria se o governo Dilma tivesse qualquer interesse de enfrentar os anseios nefastos das forças pró-imperialistas e do próprio imperialismo. Mas o golpismo se constitui num movimento que poderá se converter em ação concreta, na medida em que os interesses hegemônicos dos monopólios, do latifúndio e do imperialismo assim o queiram.

Por estas questões é que a conjuntura é angustiante: as forças de esquerda no Brasil estão muito fragilizadas, e divididas. As forças populares que apoiam o governo Dilma, também pela conciliação de classe já indisfarçável, perderam o poder de convocação das grandes massas populares. Enquanto isso, a direita tem mostrado força, poder de convocação e capacidade de rápida articulação. Resumo da ópera: a extrema direita fará o que quiser, podendo se dar ao luxo até mesmo de forçar o governo a ir mais ainda para a direita, dentro do Brasil e também nas relações internacionais.

Todo o ascenso fascista deve ser analisado com grande preocupação pelos comunistas, pela esquerda e pelos democratas radicais. Contudo a alternativa para a solução desta crise não está em novas formas de gerir a crise do capital, ao contrário, é nas classes trabalhadoras que estão todas as esperanças para a construção de uma efetiva alternativa social a barbárie do capital. Neste sentido, é elementar reconhecermos o baixíssimo grau de consciência de classe presente nas manifestações. As classes trabalhadoras precisam acumular forças para impor aos “de cima” da sociedade os seus

direitos e a necessidade elementar de vivermos em uma sociedade democrática, que respeite os direitos conquistados e as organizações das classes trabalhadoras. Qualquer perspectiva popular de chegar ao poder político necessita ser orientada para a construção do socialismo, sociedade na qual as classes trabalhadoras

“Hoje a Constituição de 1988 permite que as Forças Armadas sejam convocadas por um dos poderes para garantir a “lei e a ordem”. [...] E lembremos que “a ordem” possui um significado que não está limitado à lei.”

garantem que os interesses de todos se imponham sobre os interesses particulares da burguesia. Defendemos a unidade de todas as forças populares que, de forma independente, estejam dispostas a colocar na pauta um programa mínimo de reformas populares que melhorem a vida do povo e caminhem para avanços programáticos e organizativos mais significativos. Este programa está à disposição de todas as forças aliadas, militantes individualmente e lutadores (as) que tenham esta compreensão. Para o momento, no entanto, apresentamos abaixo um pequeno número de bandeiras em torno das quais devemos unir esforços para seguir a luta, e, claro, ir às ruas:

1. Revogação das MPs 664 e 665;
2. Não aos cortes de investimento em Educação pública;
3. Revogação da lei federal, das leis estaduais e municipais das Organizações Sociais (OS);
4. Revogação da lei que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);
5. Taxação das grandes fortunas;
6. Ampliação da destinação de recursos para Habitação popular através da modalidade "Entidades" do Programa MCMV;
7. Pela Auditoria da dívida Pública;
8. Fim da liberação dos transgênicos;
9. Regulamentação e democratização da mídia;
10. Pela arquivamento do projeto de lei 4330, que amplia a terceirização;
11. Fim do financiamento privado de campanha;
12. Pela Reforma Agrária e pelo fim do latifúndio;
13. Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e das Lutas Populares;
14. Em Defesa da Universidade Popular – que a universidade se pinte de povo!;
15. Estatização das empresas privatizadas;
16. Punição exemplar de todos os corruptos, de todos os partidos.



A disposição crescente para a luta da classe trabalhadora

mesmo sob ataques do capital



Manifestantes ocupam a ALEP. Foto: Mídia Ninja

Que há uma ofensiva mundial sobre o trabalho, com retirada de direitos e aprofundamento da exploração, isso ninguém pode duvidar. Os grandes monopólios mundiais, os Estados capitalistas hegemônicos e os dependentes, têm ampliado seus ataques sobre o trabalho recorrendo à extração cada vez mais crescente do tempo disponível dos trabalhadores, seja com a ampliação da jornada de trabalho – banco de horas ou dupla jornada –, seja na intensificação do trabalho e corrida pela lucratividade. Além disso, o uso cada vez mais frequente do fundo público para a isenção de impostos, dívidas e financiamento desses gigantescos monopólios, com pagamento de juros ao rentismo parasitário, aprofundam ainda mais o caráter de classe do Estado.

Mesmo com o desemprego galopante na Europa as principais medidas anticrise atacam direitos sociais e trabalhistas, além de priorizar a insaciável gula das finanças por mais riqueza. A Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e

o Fundo Monetário Internacional) é a gerente das “dívidas soberanas” e suas principais medidas nem de longe responsabilizam os principais agentes da crise – o capital monopolista e o capital financeiro especulativo. As medidas de austeridade descarregam todo o prejuízo da crise sobre a classe trabalhadora, sendo para o capital o único recurso de sua salvação. Em síntese: não há como realizar acordos “dentro da ordem” que beneficiem os trabalhadores sem uma radical ruptura com a Troika. Nos EUA, apesar das noticiosas reportagens dizendo o contrário, a crise social não foi sanada e se os capitalistas estão reavendo parte de suas taxas de lucro, essas advêm somente da maior precarização do trabalho e crescimento da miséria em todo o mundo.

Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foram considerados o polo alternativo ao imperialismo estadunidense em dificuldades de expansão. No entanto, esse bloco é composto por países capitalistas que servem aos monopólios locais e estão intimamente ligados ao sistema

financeiro predatório. O crescimento do PIB da maior parte desses países em meados da década de 2000 é baseado nas commodities agrícolas e minerais. A China, com seu crescimento baseado em manufaturas industriais, beneficia-se de uma superexploração crescente do trabalho. Em seu conjunto, a classe trabalhadora desses países é tão explorada quanto a dos países centrais.

“O que demonstra o crescimento do nível de insatisfação dos trabalhadores no Brasil foi o crescimento exponencial das greves desde 2007”

Já na América Latina, a euforia pelo crescimento econômico da década de 2000 perdeu em muito o seu fôlego. Com o recuo do crescimento da economia, principalmente da China, os preços das commodities agrícolas e minerais se rebaixaram. Aliado ao rebaixamento do preço do Petróleo pela OPEP, tais fatores motivam a estagnação da economia desse continente, principalmente no

Brasil. A Venezuela é duramente atingida por essa medida que intensifica o processo de luta de classes, seja na defesa dos avanços (que são limitados) realizados até agora pela Revolução Bolivariana, seja pelo recrudescimento da violência de classe da direita pró-imperialista.

A crise que assola a produção do capital e se desenvolve para outras áreas, sociais, políticas e ambientais, vem incidindo sobre a vida dos brasileiros com maior força nos últimos anos. Com crescimento pífio da economia e produtividade baixa, as políticas sociais “compensatórias”, o aumento da renda do trabalho nos setores assalariados de baixo da pirâmide e o desemprego baixo correm o risco de serem facilmente removidos. É importante salientar que não houve distribuição de renda entre capital e trabalho no Brasil, mas sim exclusivamente dentro do conjunto dos assalariados do campo e da cidade. De um lado, lucros recordes dos bancos e do agronegócio, além de manutenção das taxas de lucro das principais indústrias de transformação no Brasil, mediante transferência de recursos públicos e isenção monstruosa de impostos. Por outro lado, a redução do desemprego e um aumento relativo no salário mínimo foram possíveis com uma profunda precarização e retirada de direitos dos assalariados médios. O dado mais evidente desse processo é o de que 95% dos empregos criados

durante os governos do PT (2003-2008) pagavam até um salário mínimo e meio. Além disso, os direitos sociais da saúde, educação e previdência foram duramente mercantilizados nesse período. Grandes contingentes de metalúrgicos, trabalhadores da indústria de transformação, bancários e funcionários públicos, por exemplo, pioraram as condições de vida no mesmo



período com a perda de direitos e renda.

O que demonstra o crescimento do nível de insatisfação dos trabalhadores no Brasil foi o crescimento exponencial das greves desde 2007. É claro que a taxa de desemprego reduzida auxiliou nesse processo. Em 2012 o índice de greves do DIEESE registrou 873 paralisações no ano com quase 87 mil horas não trabalhadas. Dentre as greves que marcaram 2009 a 2014 podemos destacar: greves na construção civil, principalmente os grandes conflitos nas grandes obras hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio de 2011 a 2013, além dos estádios para a Copa do Mundo; metalúrgicos; trabalhadores dos correios; petroleiros; garis do RJ em 2014; greves de trabalhadores da segurança pública, em SC, RJ, BA e CE; professores de diversos Estados e federais em 2012; trabalhadores do transporte coletivo em SC, RS, ES, SP (em especial dos metroviários); profissionais da saúde, como a vitoriosa greve da saúde de 2012 em Santa Catarina.

“o PCLCP não se deixou levar pelo discurso fácil de “quanto pior melhor”, mas também deixou clara a ausência de expectativas de reversão do direcionamento das políticas petistas em seu quarto mandato”

Em parte dessas manifestações dos trabalhadores, a categoria passou por cima dos dirigentes sindicais ligados à estrutura sindical corporativa de Estado, que defendiam mais os patrões e o Estado do que os próprios trabalhadores.

As “jornadas de junho de 2013” foram o ápice de insatisfação popular. Provocada inicialmente pelo apelo contra as repressões aos movimentos em luta pela redução da tarifa do transporte público em SP, as multidões que inundaram as ruas de metrópoles e cidades menores no Brasil trouxeram os diversos anseios e noções sobre as dificuldades para a produção e reprodução da vida. Saúde, educação, transporte público, moradia, ética na política, e muitas outras reivindicações foram expostas e a disputa entre a esquerda e a direita se acirrou. Não foi a burguesia que saiu às ruas, mas sem dúvida, na disputa de consciência e com os aparatos da mídia e judiciário nas mãos, o direcionamento ideológico foi mais favorável às pautas defendidas pela direita.

No entanto, das jornadas de junho de 2013 até a Copa do Mundo e as eleições de 2014, diversas mobilizações sociais dos movimen-

tos populares e sociais continuaram nas ruas e reorganizaram as suas ações. Destacaram-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pelas dezenas de ocupações, conquistas de terras e mobilizações de rua massivas; diversas outras organizações populares em luta pela moradia e acessibilidade urbana pelo país; os movimentos contra as remoções e controle social policiaresco crescente; alguns sindicatos e categorias dos trabalhadores que mantiveram as greves; a luta dos movimentos pela saúde pública contra as privatizações dos hospitais pelas Organizações Sociais (OSs) e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), com destaque para a articulação nacional da *Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde*; e os movimentos sociais críticos às obras superfaturadas da Copa.

O acirramento das eleições de 2014 não deu destaque às pautas mais necessárias para nosso povo. Com a força reduzida da esquerda (que junta não chegou à 2% dos

votos para presidente), em apenas alguns momentos as pautas de auditoria cidadã da dívida pública e de impostos sobre as grandes fortunas tiveram algum destaque. No entanto, o debate sobre as leis trabalhistas se acirrou no segundo turno, em uma disputa em que apareceram as propostas de Dilma, que disse que mudanças nas leis trabalhistas em seu governo não seriam realizadas. Ficou na proposta.

A disputa que polarizou no segundo turno se deu entre um projeto neoconservador, que se personificava no PT/PMDB, autoproclamado por “neodesenvolvimentista”, que privilegiou a burguesia interna nacional, também dependente ao capital financeiro. Em algum sentido, defendia as políticas sociais compensatórias que possibilitaram alguma melhoria na vida dos setores mais precarizados da classe trabalhadora. De outro lado, o PSDB/DEM representando as frações do capital financeiro hegemônico, de profunda vinculação com os interesses do imperialismo estadunidense, a candidatura do *neoboçal* tucano Aécio Neves. Essa candidatura, principalmente no

segundo turno, reanimou e empolgou setores ultrarreacionários até então adormecidos. A defesa do voto em Dilma no segundo turno foi uma posição coerente e necessária no momento, em que o PCLCP não se deixou levar pelo discurso fácil de “quanto pior melhor”, mas também deixou clara a ausência de expectativas de reversão do direcionamento das políticas petistas em seu quarto mandato.

No entanto, como vimos, essa ofensiva reacionária que se aconeteu no debate eleitoral não tinha como objetivos somente a vitória de Aécio Neves. Outro objetivo seria empurrar ainda mais o governo Dilma para a direita, exigindo dela ainda mais compromissos do que foram realizados durante os 12 anos de governos do PT. A escolha dos representantes dos ministérios demonstra que essa pressão deu certo: com Joaquim Levy – a expressão mais acabada do capital financeiro ligado aos tucanos e ao Bradesco –, no Ministério do Planejamento; com Kátia Abreu no Ministério da Agricultura: a representação da UDR, dos latifúndios – inexistentes para a ministra! – e do agronegócio; com Armando Queiroz Monteiro Netto no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: o representante “corporativo” do capital industrial, ex-presidente da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; com Gilberto Kassab no Ministério das Cidades: o higienizador inimigo das periferias; e com Cid Gomes (que já renunciou) para o Ministério da Educação: o inimigo da carreira e condições de trabalho dos professores.

O plantel escolhido nos ministérios explicita a urgência de organização das lutas e formação de um bloco contra-hegemônico antimonopolista, antilatifundiário e anti-

imperialista, que combata não só a direita raivosa ultrarreacionária e golpista como as medidas governamentais empreendidas pelos setores neoconservadores e reacionários que estão hoje no poder. O poder diminuto dos setores de esquerda e das lutas sociais esparsas têm de reunir a disposição para o combate às medidas antipovo e antinacionais, assim como organizar as ofensivas das classes trabalhadoras em busca de um poder que seja a expressão “organizada” dos assalariados do campo e da cidade, e das demais classes subalternizadas.

O PCLCP, assim como as Brigadas Populares e a Refundação Comunista, desde 2010 vêm debatendo a necessidade da criação de uma Frente de Esquerda, proletária e popular, com direção dos trabalhadores do campo e da cidade. Trata-se de uma necessidade objetiva em tempos de crise estrutural do capital e desorganização das forças populares.

A proposta de uma Frente pelas Reformas Populares, do qual MTST, INTERSINDICAL – CCT, PSOL, e em que compõe algumas entidades e organizações do campo governista, nos parece uma ideia daquilo que possa ganhar maior amplitude e força organizada. Sem dúvida, o perigo está em que essa proposta seja encarada por algumas forças sociais como força auxiliar de um governo em crise de legitimidade. Acreditamos que a insistência de setores que defendem a independência e autonomia frente aos governos, combatendo a ideia de golpe de direita e privatização da Petrobrás, mas não saindo para rua para defender governo que ataca a classe trabalhadora, é uma mediação necessária nesse processo de acúmulo de forças e ofensiva do trabalho sobre o capital.



Plenária da Frente pelas reformas populares, realizada em São Paulo em março de 2015.
Foto: Imprensa PCLCP



O ano começou antes do carnaval para as lutas das classes trabalhadoras

E a “vaca acabou tossindo”. O segundo mandato da presidenta Dilma nem tinha começado e o primeiro terminava eliminando direitos. As Medidas Provisórias 664 e 665 estão sendo apresentadas enquanto medidas necessárias de correção de fraudes através da retirada de direitos como o seguro-desemprego, pensão por morte, auxílio doença e abono de período de defesa da pesca. No caso do seguro desemprego, envolto em um mercado de trabalho hostil com salários baixos e intensa rotatividade, essas medidas precarizam ainda mais o trabalho, principalmente a juventude brasileira que só tem acesso a esses empregos de baixa remuneração.

E como não poderia ser diferente, seguindo a tradição dos últimos anos, um corte profundo no orçamento das principais necessidades (as mesmas que são cinicamente defendidas como prioridades nas eleições!) dos setores assalariados e subalternizados no Brasil. Educação, saúde e seguridade social tiveram cortes de mais de um terço de seu orçamento. As dificuldades de pagamento para as universidades, bolsas, saúde pública e outros setores, demonstram o que está por vir nesse ano.

Apesar de algumas movimentações e discursos insatisfeitos das centrais sindicais reconhecidas pela estrutura sindical corporativa de Estado, a insatisfação organizada ainda está muito aquém do enfrentamento necessário, sem falar que os compromissos estabelecidos por esses dirigentes sindicais com os governos e os empresários dificultam as lutas. Após as eleições de Dilma no ano passado, centrais sindicais como CUT, Força Sindical, CTB e UGT já apresentavam projetos para “proteger o emprego”, com aceitação de redução da jornada de trabalho com diminuição dos salários. Diante do iminente crescimento do desemprego, que já se apresentou em janeiro de 2015, o recuo das lutas sindicais declaram a falência de um sindicalismo que já se denominou enquanto “novo”.

Aproveitando esse cenário de crise econômica a direita ultrarreacionária e entreguista aproveita para propagar o seu ideário. Diante das denúncias de corrupção na Petrobrás em conluio com as grandes empreiteiras, a partir de práticas possíveis pela “legalidade” do mecanismo de financiamento privado de campanha, o imperialismo estadunidense e os seus sócios minoritários no Brasil

partem para a ofensiva pela campanha da privatização completa dessa riqueza nacional. Nesse momento é fundamental que a esquerda defenda a Petrobrás, exija a reversão das medidas que leiloaram poços de petróleo e privatizaram parte de seus serviços, e que não confunda essa luta com a defesa do governo de Dilma. É claro que não aceitamos e temos que combater o golpismo, mas isso não pode deixar de apontar todas as medidas antinacionais e antipovo celebradas por esse governo.

No que tange ao legislativo, a classe trabalhadora também não pode esperar muita coisa. Com um Congresso mais reacionário presidido por um dos principais negociantes de favores daquela casa, o deputado Eduardo Cunha do PMDB, esse será um campo fértil para medidas que retirem direitos e precarizem ainda mais o trabalho. Tal presidente já anunciou que em abril será colocado em discussão e votação o PL 4330, a chamada Lei das Terceirizações, que objetiva ampliar a possibilidade de terceirização para todas as atividades fins. Não só essa medida aprofunda a precarização, como legitima algumas das ilegais relações de trabalho que terceirizam atividades fins de alguns setores.

Além dessas medidas com relação aos direitos do trabalho em curso, outros ataques foram executados nesse início de ano. O aumento abusivo sobre as tarifas de ônibus no início do ano - ato aparentemente articulado nacionalmente por todas as prefeituras das grandes cidades - levou as ruas novamente a juventude organizada, mas não os grandes contingentes que pressionaram pelo fim do reajuste em 2013. É importante lembrar que Dilma “teria” se comprometido com a questão da mobilidade urbana ao decretar isenções em combustíveis e outras benesses para com os empresários do transporte. No entanto, como vimos, esperou-se a situação mais favorável pós Jornadas, Copa e Eleições, para promover os aumentos e conter as possíveis reações negativas. Em algumas cidades a repressão foi tão forte, que as prisões ilegais foram utilizadas largamente, como em Goiânia.

Em outro patamar, uma luta que não perdeu fôlego e que de certa forma têm crescido de forma exponencial, foram as mobilizações por moradia no Brasil. Como dissemos antes, diversos movimentos têm promovido mobilizações no Brasil, mas o MTST têm se destacado pela expansão para diversos Estados, por conquistas como a ocupação “Copa do Povo” em SP. No ano de 2015 o

MTST já expandiu as mobilizações para estados como Goiás, como a ocupação “Sonho Real” em que camaradas nossos estiveram presentes, e em Brasília, com 6 ocupações simultâneas. A pequena brecha no Minha Casa Minha Vida, a sua modalidade “entidades” que representa menos de 2% do recurso total, têm sido disputada e conquistado diversas moradias para muitos trabalhadores.

No campo do movimento sindical, com o aprofundamento da crise e a redução crescente dos postos de trabalho no setor industrial, a greve da Volks em São Bernardo do Campo, codirigida com o Sindicato do ABC, realizou uma importante greve em que não só o resultado da manutenção dos empregos foi uma conquista, como a solidariedade de outras empresas com essa luta mostrou a disposição da classe com a luta em sua totalidade. No mês de fevereiro os trabalhadores da GM de São José dos Campos também entraram em greve pelos seus direitos e conquistou também a permanência dos postos de trabalho. No entanto, como reflexo da crise de superprodução, parte dos “prejuízos” dos monopólios industriais é pago pelo fundo público do Estado, ou seja, por nossos impostos, através dos layoffs – suspensão do contrato de trabalho.

A mobilização que mais chamou atenção nesse ano e que começou antes do carnaval sem dúvida nenhuma foi e está sendo a greve do magistério e outros setores do serviço público do PR. O governador Beto Richa do PSDB, reeleito no primeiro turno em 2014, não só quebrou as finanças do Estado como passou a promover uma ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores de forma muito intensiva. Ele não só atrasou o 13º salário dos trabalhadores, como enviou um pacote para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) retirando outros direitos e, principalmente, atacando a previdência pública dos trabalhadores. A proposta era de que

esse governador, que também aumentou diversas taxas e serviços públicos como o IPVA e os pedágios, tivesse acesso aos 8 bilhões de reais dos trabalhadores da previdência para pagar outras dívidas.

A resposta do movimento foi talvez a demonstração mais evidente de “revolta transformadora”. Essa categoria entrou em greve no ano passado – após 16 anos sem greves –, e nesse ano ocupou massivamente a ALEP para pressionar deputados e governador. Os professores ocuparam a ALEP no dia em que o governo queria votar o pacote de maldades. Parte do contingente dos policiais teria se negado a reprimir esses trabalhadores. E por fim, no dia 12 de fevereiro os trabalhadores partiram para cima com mais de 50 mil trabalhadores, fizeram os deputados passearem de camburão para entrar na ALEP e, no fim do dia, o governador retirou o projeto da votação. Uma vitória parcial e momentânea, mas que demonstra que quando os de baixo não querem e os de cima não podem mais governar, é possível uma transformação.

Nesse sentido, os pacotes de maldades dos governos estaduais e municipais também estão sendo realizados em outros estados. Chama a atenção a greve dos professores do DF, que além de todos os ataques estão brigando para receber os direitos como 13º salário e férias do ano passado. Em SC, com a desestruturação da carreira dos professores do estado, impondo divisão entre temporários (ACTs), aposentados e efetivos em exercício, a categoria já começa a mobilização para uma grande greve que force um recuo do governo do estado e imponha vitórias nos direitos desses trabalhadores.

O ano que aparentemente começaria após o carnaval demonstra que a disposição para a luta não tira férias e que nos próximos nove meses teremos muito mais embates e conquistas.





Privatização da Saúde e a intensificação das contrarreformas neoconservadoras do capital

contribuição do PCLCP ao V Seminário Contra a Privatização da Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil é o maior sistema público de saúde do mundo, fruto de uma ampla luta política e social na década de 80 das classes trabalhadoras, que conseguiu impor à classe dominante a saúde como um dever do estado e direito individual e coletivo de todos. Atualmente o orçamento da saúde está na ordem de R\$ 100 bilhões (2014). Parte significativa deste montante de recursos públicos é transferida para instituições privadas, tornando o assédio privatista na saúde um agente interno na rede de atendimento do SUS e, ao mesmo tempo, um bloco de forças econômicas e políticas que busca atacar o SUS impedindo que ele seja efetivamente 100% público, com capacidade efetiva de atender toda a população.

“A ofensiva privatizante orientada pela classe dominante, pela sua fração que explora a saúde como mercado, atua sem obstáculos dentro do Ministério da Saúde, levando a lógica privatista inclusive à saúde indígena”

Trata-se de um assédio interno ao SUS realizado pelos interesses privatistas das empresas prestadoras de serviços de saúde (laboratórios, clínicas, hospitais etc...). E por outro lado de um assédio externo dos interesses da “saúde complementar”[1], que tem como finalidade o fim do SUS, impondo a saúde mercantilizada. Ou seja, o SUS sofre ataque sob duas frentes (interna e externa), que em vários momentos se associam para buscar a consolidação da mercantilização do atendimento da saúde, solapando o princípio da saúde pública como um direito fundamental.

Os interesses econômicos voltados para o mercado da saúde possuem forte influência dentro das estruturas do estado responsáveis pelo funcionamento do SUS. Neste sentido, no âmbito da esfera política, desde os anos 90 a saúde vem sendo subfinanciada para garantir a existência de um mercado de “saúde complementar” e, ao mesmo tempo, os recursos do SUS têm sido destinados de forma crescente aos

interesses das instituições privadas de saúde. São contínuas ações políticas e econômicas de grande envergadura que tem como finalidade a desobrigação do estado com a saúde. Assim, nos anos 90 o governo do PSDB (FHC) institui as Organizações Sociais (OS) como instituições privadas responsáveis por gerir os recursos públicos na atenção à saúde. A Contra reforma do estado iniciada por FHC recebe importante impulso nos governos do PT (Lula e Dilma), que além de serem coniventes com a expansão das OS nos estados e municípios – destinando recursos do SUS para “gestores privados” – criam em 2010 a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para incorporar e gerir os Hospitais Universitários (HU’s) – maior rede de hospitais públicos do país.

A ofensiva privatizante orientada pela classe dominante – pela fração que explora a saúde como mercado – atua sem obstáculos dentro do Ministério da Saúde, impondo a lógica privatista inclusive à saúde indígena, propondo a constituição do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) na forma de serviço social autônomo (semelhante ao sistema “S”) para encampar o atendimento aos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI). Evidencia-se cada vez mais a incorporação política da lógica privatizante em toda a estrutura de Estado. Os “senhores” da saúde privada não encontram obstáculos dentro das estruturas governamentais, ao contrário, Ministros, Secretários de Estado e todo o alto escalão governamental na saúde assumem a condição de gerentes dos interesses privados e vão a público apresentá-los como se fossem interesses do conjunto da população. Em suma, apresentam e representam interesses particulares como se estes fossem de todos! Para isso, fazem



amplo uso dos meios de manipulação (grande mídia corporativa) para apresentar, de um lado, a falência dos serviços públicos e de outro a “excelência” dos serviços privados!

Para agravar ainda mais este quadro de medidas políticas que vão contra os princípios do SUS (constitucionalizados), no início de 2015 foi sancionada a lei 13097/15 que estabelece a abertura do setor de Saúde para o capital estrangeiro buscando dar cobertura legal para o negócio bilionário (R\$ 3 bilhões) da venda da AMIL para a rede estadunidense UnitedHealth. Este fato se constitui em mais uma clara e grave demonstração de subordinação dos interesses nacionais ao capital estrangeiro.

As classes trabalhadoras não possuem o seu direito a saúde respeitado, bem como estão sobre permanente pressão para não expressar politicamente sua posição contrária à privatização. Isso se expressa de diferentes formas: dos conselhos de saúde, que são constantemente pressionados a terem uma postura de “correia de transmissão” da política de privatização; os sindicatos que sofrem uma ofensiva econômica e política em suas categorias, e tem reduzida a capacidade de mobilização e ação contra a privatização; a ação parlamentar na qual seus poucos representantes defensores do SUS 100% público não são páreo para as bancadas pagas do capital privado da saúde.

No âmbito federal a imposição da EBSERH deve ser compreendida como mais um capítulo desse processo de privatização. Na verdade, trata-se de uma privatização não clássica, mas que se caracteriza pelos mesmos recursos e medidas típicas de qualquer privatização, associada ao ataque a autonomia e a democracia nas universidades federais.

O ataque à autonomia universitária e a imposição antidemocrática da EBSERH

Os Hospitais Universitários constituem uma rede de referência para a saúde pública no Brasil, em especial, para o Sistema Único de Saúde (SUS). Aproximadamente 46 hospitais universitários constituem uma relevante rede de atendimento 100% SUS, ou seja, submetida aos princípios constitucionais de UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE e CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO. Isto é, a formação em saúde realizada nos hospitais universitários está articulada a lógica do atendimento a saúde como um direito de todos, e não como um mero serviço de mercado. Contudo, a tensão entre os interesses de todos e as particularidades do mercado tem convertido de forma paulatina a saúde em um grande negócio.

Por outro lado, os Hospitais Universitários (HU’s) vivem uma crise que é histórica, vinculada ao processo de subfinanciamento. Foi a comunidade universitária que reagiu e buscou de diferentes maneiras preservar e ampliar os HU’s. Importante destacar que a expansão conservadora do programa de reestruturação das universidades (REUNI) não equacionou as demandas reprimidas dos HU’s. A resposta a crise de subfinanciamento dos HU’s é orientada pelo Banco Mundial (BM) para intensificar a mercantilização da saúde no Brasil. Numa reafirmação do caráter dependente e subordinado de nossa economia, o BM apresenta um programa de reestruturação dos hospitais universitários (REHUF) em troca de uma mudança no sistema de gestão. É a partir das imposições desse organismo internacional que o»



governo federal edita a medida provisória (MP 520/2010) que cria a empresa brasileira de serviços hospitalares (EBSERH), e apesar da resistência dos movimentos em defesa do SUS e da Educação Pública, surge a Lei Federal 12.550/2011, que cria uma empresa pública – com finalidade de explorar atividade econômica – para absorver os HU's.

A partir da sanção da lei, a cessão dos hospitais universitários à EBSERH constitui-se em um objetivo estratégico do MEC, que adotou medidas para pressionar os reitores a adesão a EBSERH. Em mais um capítulo de atentados contra a autonomia universitária esta adesão foi conduzida a “ferro e fogo” pelo MEC e pelas administrações universitárias a ela subordinadas politicamente.

A contratualização com a EBSERH não se constitui num ato administrativo ordinário qualquer, ao contrário, estamos diante de uma política que se constitui numa privatização não clássica da saúde e da educação, na medida em que transferimos a gestão dos Hospitais Universitários para a EBSERH. Além do evidente atentado a

autonomia universitária, estamos falando de quase 50% de todos os técnicos administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), da política de formação em saúde do SUS e focando em questões mais estritas (corporativas). A EBSERH é, também, uma medida que compromete o Regime Jurídico Único (RJU) para os trabalhadores da saúde na esfera federal – os futuros contratados pela EBSERH serão celetistas (CLT) – acenando no horizonte a provável imposição de uma EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Educacionais).

O Regime Jurídico Único é uma conquista da sociedade brasileira, busca desenvolver uma administração pública pautada na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, da CF). A contratação de celetistas já está presente na universidade, identificada como terceirização, ou seja, é a terceirização plena dos Hospitais Universitários.

A postura das reitorias para conduzir o debate sobre a contratação da EBSERH tem se caracterizado pela arrogância e incoerência com os princípios norteadores das



Forte aparato policial no dia da adesão da UFPR à EBSERH.
Foto: autor desconhecido

Universidades Federais. A manipulação da informação e a política de desinformação são constantes neste processo, que culminam em atitudes antidemocráticas, autoritárias e desrespeitosas com a comunidade recorrendo, em alguns casos, para a violência policial, como aconteceu na UFPR.

As contradições do processo de adesão indicam que os processos de implementação da EBSERH não serão tranquilos, pois tendem a intensificar as contradições do processo de subfinanciamento dos hospitais universitários. As campanhas contra a adesão a EBSERH precisam ser articuladas com o acompanhamento e questionamen-

to amplo dos processos de implementação.

Nesse sentido, a unidade das classes trabalhadoras é essencial para que estes processos de privatização sejam interrompidos e ocorra um amplo processo de estatização da saúde, como um primeiro passo para a garantia do SUS 100%. Para isso, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde tem realizado uma importante contribuição ao conjunto das classes trabalhadoras e suas organizações, constituindo-se num espaço de debates, unidade de ação contra a mercantilização da saúde.

[1] Em 2013, a saúde suplementar atingiu o número de 50,27 milhões de beneficiários de assistência médica (um crescimento de 4,6% em relação a 2012), e 20,74 milhões de beneficiários de planos odontológicos, aumento de 8,2% em relação a 2012. A receita das operadoras médico-hospitalares 79,9 bilhões de reais até o terceiro trimestre de 2013, com um aumento de 17,2% em relação ao mesmo período de 2012 (Ver Caderno de Informação da Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar, edição de dezembro de 2013).



V Seminário da FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

27, 28 e 29 de março de 2015
Rio de Janeiro - RJ



Previdência

O governo continua a retirar direitos dos trabalhadores

Doze anos atrás quando “a esperança venceu o medo”, ou seja, quando Lula e o PT chegaram à presidência da República com apoio dos movimentos populares e setores trabalhistas, havia sim a esperança de que os anos nefastos de Collor e FHC tivessem ficado para trás. Havia a esperança de mudança na política econômica ditada pelo FMI; havia esperança no fim da financeirização da economia; havia esperança no combate aos transgênicos; havia esperança na efetivação da reforma agrária, com democratização do acesso a terra; havia esperança no fim da privatização do Estado brasileiro; havia a esperança no fim da superexploração do trabalho. Mas, sobretudo, havia sim a espe-

rança de que os direitos sociais estariam protegidos dos ataques de governos subservientes aos ditames do capital. Collor abriu o caminho da privatização do Estado, da desregulamentação e financeirização da economia. Sua política econômica provocou uma brutal reestruturação produtiva, levando à desindustrialização inúmeros setores e também ao aumento do desemprego. Quem conseguiu permanecer no emprego vivenciou a intensificação dos ritmos da produção e aumento da jornada de trabalho, além de amargar o achatamento salarial.

Com o Plano Real, FHC deu o primeiro passo rumo à total abertura do mercado brasileiro ao capital internacional. Seguiu a política de

desregulamentação de Collor reduzindo drasticamente o investimento estatal, dilapidando o patrimônio público através de fraudulentas privatizações. Não só leiloou a preço de banana empresas estratégicas para a soberania nacional como sucateou os serviços públicos atacando os direitos sociais, apresentados ora como “privilégios”, ora como “injustiças”, mas sempre colocados como “financeiramente inviáveis”. A redução dos investimentos nas políticas sociais voltadas para a massa trabalhadora, e seu consequente sucateamento, forneceu os argumentos que FHC precisava para justificar seu ataque, notadamente à Previdência.

A contra-Reforma da Previdência de FHC, em 1998, alterou a forma de contagem do tempo de aposentadoria. O tempo de trabalho foi substituído pelo tempo de contribuição, obrigando os trabalhadores a comprovarem

que de fato trabalharam e contribuíram. Antes, a prova cabia aos patrões.

Posteriormente, FHC criou o fator previdenciário, uma regra matemática que diminui o valor do benefício, quanto mais jovem o trabalhador ou trabalhadora alcança o tempo para se aposentar menor o benefício, prejudicando aqueles que começaram a trabalhar muito jovens. Mudou também as regras para a concessão da aposentadoria especial, prejudicando os trabalhadores de áreas perigosas e insalubres, além dos professores, que na prática perderam o direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Mais nefasto que o prolongamento do tempo de trabalho foi a adesão do então presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Vicentinho, ao projeto de FHC. Seu apoio garantiu a desmobilização dos trabalhadores.



Ricardo Antunes registrou suas impressões:

“O país da Era FHC é hoje socialmente devastado, Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados, (...). Um país cujos índices de criminalidade nos inserem em uma guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico, num subsolo social adocicado pelo coro das Igrejas Universais de um universo desconstruído e socialmente destruído”[1]

O governo do Partido dos Trabalhadores, já no seu primeiro mandato, logo frustrou aqueles que alimentavam perspectivas de mudanças. O acordo firmado por Lula com o capital estrangeiro, com o sugestivo nome de “Carta ao Povo Brasileiro”, não tardou em ser cobrado. O governo Lula protagonizou o desmonte do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Sua contrarreforma abriu caminho para a privatização da previdência, com a instituição do teto para os benefícios e a criação da previdência complementar. Lula definiu em lei que obrigatoriamente um agente financeiro deve participar da constituição desses fundos, criando um mercado gigantesco para os banqueiros explorarem.

Além disso, a reforma de Lula estabeleceu a taxa de inativos (aposentados e pensionistas), definiu uma idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos vinculando-a com o tempo de contribuição, o rebaixamento dos valores das pensões e o fim da paridade e integralidade dos vencimentos dos servidores frente aos salários dos colegas da ativa.

Estes ataques à previdência fizeram correntes internas do próprio PT e partidos de esquerda se afastarem do governo.

Para dobrar a resistência dos servidores públicos, o primeiro presidente da CUT, Jair Meneguelli, foi à imprensa defender a reforma. A direção da CUT defendeu a instituição de um teto previdenciário e, conseqüentemente, a criação das aposentadorias complementares em substituição à aposentadoria integral. Assim como o governo, também a CUT não debateu o tema com sua base. Ao contrário, optou por participar do fórum tripartite constituído pelo governo e composto em sua maioria por grandes empresários devedores da previdên-

cia, ao mesmo tempo em que se colocava abertamente contra a greve nacional dos servidores públicos federais deflagrada contra a reforma.

Surpreendente foi o argumento utilizado para acelerar sua aprovação: era preciso acabar com o privilégio dos servidores. Mirando nos SPF acabou por abrir caminho para depois atacar também os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada. E essa foi a tática do governo, dividir os trabalhadores do setor público e do privado para avançar na retirada de direitos.

E a História se repete como farsa. Passados dez anos do maior ataque a classe trabalhadora, vindo de um presidente operário, chegou a vez da presidente mulher, ex-militante de esquerda que lutou contra a Ditadura Militar preparar seus ataques.

O compromisso com a austeridade fiscal tem levado o governo do Partido dos Trabalhadores a assumir a agenda do grande capital e impor a retirada de direitos como medida fundamental para salvar os capitalistas da bancarrota. A presidenta Dilma, após se reeleger, promove novo ataque aos direitos dos trabalhadores.

Após realizar pomposas isenções fiscais, com o intuito de subsidiar alguns setores industriais — precisamente a linha branca e o setor automotivo —, o governo terá deixado de arrecadar R\$ 11,5 bi com desoneração. As isenções fiscais contradizem as próprias leis do mercado liberal defendido pela burguesia mundial e seus corsários da grande imprensa nacional. Seria lógico que o governo fosse isento e as indústrias vendessem seus produtos com a margem de lucro menor, mas para isso também os sindicatos deveriam estar firmes para jogar o ônus da crise sobre aqueles que a criaram, a burguesia monopolista/imperialista.

Mas a conta da crise está sendo cobrada da classe trabalhadora. O governo quer fazer uma economia de R\$ 18 bilhões por ano, a partir de 2015, e para isso está apertando as regras para concessão de benefícios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Previdência Social. Além de restringir benefícios da previdência social as mudanças atingem o abono salarial, o seguro-desemprego, o seguro-desemprego

dos pescadores artesanais, a pensão por morte e o auxílio-doença. As mudanças basicamente atingem os futuros beneficiários, os atuais manterão seus benefícios. Haverá aumento de tempo de contribuição para receber os benefícios sociais, como é caso do benefício pago aos pescadores em período de reprodução de peixes ou auxílio doença por um tempo maior sob afastamento pago pelo empresariado (o que de alguma maneira é positivo devido em especial ao descaso dos empresários ao trabalhador acidentado e adoecido), soma-se a isso a contradição de ser utilizado como referência os últimos 12 meses. O ataque aos direitos é mais preponderante no que se refere às pensões: os pensionistas receberão 50% do valor integral com acréscimo de 10% por filho do casal.

Os efeitos práticos desse desmonte da previdência e da seguridade social nos últimos anos vêm obrigando os trabalhadores não apenas a contribuir mais com a previdência social pública ou privada, mas também leva os trabalhadores ao aumento de labor para aposentadoria, provocando o aumento do exército industrial de reserva, pois a quantidade de trabalhadores no mercado cresce em relação aos que aposentam. Partindo das premissas de Marx n’O Capital [4] o aumento do exército industrial de reserva tendencialmente pode favorecer a queda do valor da força de trabalho. Em última instância, o que decide é a luta de classes.

Desde 1998, com a primeira reforma da previdência de FHC, os argumentos são os mesmos: acabar com “privilégios”; acabar com o “déficit”; e seguir a “tendência mundial”. Mas na França, mesmo em crise, o novo presidente que derrotou o direitista Sarkozy, François Hollande, diminuiu a idade da aposentadoria de 62 para 60 anos. Na Bolívia, Evo Morales diminuiu de 60 para 58 anos e 56 para as atividades insalubres. Porém, os avanços mais significativos em relação a legislação trabalhista se operou na Venezuela. Às vésperas do 1º de Maio de 2012 o presidente Hugo Chávez promulgou a nova Lei Orgânica do Trabalho: “A reforma foi formulada a partir de mais de 19 mil propostas, em sua grande maioria proveniente de sindicatos e outras organizações

de trabalhadores. Entre as principais novidades da nova lei, conhecida como LOT, estão a volta da retroatividade da previdência social, que garantirá os benefícios com base no último salário, o pagamento de indenização dobrada em caso de demissões injustificadas, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim da terceirização no ambiente de trabalho.”[2]

A continuidade do processo de desmonte dos direitos acarreta a perda de tempo e espaços de sociabilidade humana. Marx observou que “o tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e espiritualmente embrutecida, para produzir riqueza alheia.”[3] A luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho torna-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento humano. Para avançar nas conquistas será preciso derrotar os atuais ataques e superar a crise enfrentada pelo sindicalismo brasileiro marcada entre outras coisas pelo total atrelamento da CUT à ordem do sindicalismo de Estado e ao governo.

Na reforma de FHC e de Lula a CUT foi o instrumento desmobilizador da massa trabalhadora. A luta contra este novo ataque terá que ser articulada por fora e contra a CUT. Mas principalmente contra um governo que ainda busca vestir uma máscara de esquerda. Qualquer setor minimamente comprometido com os interesses dos trabalhadores não pode se calar diante desta barbárie. É o silêncio das Centrais governistas que tem garantido o sono tranquilo dos governos petistas.

Notas:

- [1] ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 46.
- [2] <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/21602/reforma+trabalhistas+reduz+jornada+e+aumenta+aposentadorias+na+venezuela.shtml>(acesso em 29/12/12).
- [3] <http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i13> (acesso em 29/12/12)

A continuidade do processo de desmonte dos direitos acarreta a perda de tempo e espaços de sociabilidade humana



O PAPEL DA INTERSINDICAL – CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA na construção da unidade e combatividade das classes trabalhadoras



Congresso de Fundação da Intersindical-CCT.
Foto: Sindicato dos Bancários de Santos e região

Desde a inexistente condição de disputa dos rumos da CUT no início dos anos 2000, e as frustradas experiências de criação de um instrumento de combatividade e unidade das classes trabalhadoras em 2008 e 2010, com a CONLUTAS, o PCLCP e o Movimento Avançando Sindical (MAS) buscaram a criação de outros canais de diálogo com os setores combativos que não se renderam ao pacto social pretensamente “neodesenvolvimentista”.

Após alguns anos de diálogo e apelo para a criação de uma central sindical que fosse o embrião para a reconstrução da combatividade e autonomia do movimento sindical, em conjunto com a INTERSINDICAL e Trabalhadores na Luta Socialista (TLS), fundamos em março de 2014 a INTERSINDICAL – CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA. Em seu conteúdo a central nasce com a defesa da independência e autonomia frente aos governos, empresários, credos religiosos e partidos; no combate às contrarreformas da ofensiva do capital frente ao trabalho; na discussão e relação com o que há de mais combativo do movimento sindical internacional, participando dos fóruns da Federação Sindical Mundial (FSM); e permitindo que todas as forças políticas e organizações intervenham sem o hegemonismo artificial de qualquer organização.

Já em seu primeiro ano a INTER-CCT interviu nas principais lutas sociais desse turbulento ano, destacando-se as mobilizações no funcionalismo público, bancários e na luta contra o PL 4330. A

postura independente e combativa se mostra na defesa da criação de uma auditoria cidadã da dívida pública brasileira; na luta contra a terceirização e retirada de direitos, como as contrarreformas da previdência e trabalhista; na defesa da autonomia e liberdade sindical, crítica à estrutura sindical; e na luta conjunta com outros movimentos sociais, por moradia, transporte público, saúde e educação.

Um exemplo dessa atuação é o caso da luta e organização dos trabalhadores terceirizados das esferas municipal, estadual e federal de Porto Alegre. Tendo como característica as relações de trabalho mais frágeis – já que o local de trabalho não é definitivamente a empresa de seu patrão direto – os salários baixo, a intensificação do trabalho, a rotatividade e os atrasos de salários, se mostram como os principais problemas a serem combatidos.

Em 15 de maio a INTER-CCT organizará um seminário sobre o serviço público, onde buscará organizar os trabalhadores das esferas federal, estadual e municipal, com debates sobre os direitos e as condições de trabalho, e os processos de privatização em curso, como as Organizações Sociais.

Outra diferenciação das demais centrais sindicais está na luta contra os três pilares da estrutura sindical corporativa, a investidura, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias. No entanto a INTER-CCT irá se inscrever no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), algo que

em nossa opinião não acumula e que pode ter enquanto único “benefício” o recebimento de imposto sindical, algo congressualmente impedido.

O desafio da INTER-CCT será auxiliar no processo de reorganização e unidade da classe trabalhadora e demais setores subalternizados pelo capitalismo dependente brasileiro. As ofensivas recorrentes do capital sobre os trabalhadores do campo e da cidade necessitarão da constituição de um bloco contra-hegemônico que também imponha as suas demandas. Portanto, apesar do apego a estrutura sindical da maior parte dos dirigentes sindicais brasileiros, a superação da institucionalização da atividade sindical e do movimento tem de corresponder à interação recíproca entre as demandas imediatas e o projeto

“O desafio da INTER-CCT será auxiliar no processo de reorganização e unidade da classe trabalhadora e demais setores subalternizados pelo capitalismo dependente brasileiro”

revolucionária da classe trabalhadora. Atuações com as centrais sindicais do campo combativo, assim como outros movimentos sociais do campo e da cidade, fazem parte desse processo.

A unidade com o sindicalismo internacionalista e a FSM também mostra a potencialidade dessa central. Desde a fundação da central, os dirigentes têm participado de diversas atividades da FSM, criando unidade e identidade com o sindicalismo internacionalista combativo e classista. Em reunião da direção nacional do fim de março ocorrerá conversa com o sindicalista cubano Ramon Cardona, secretário para a América Latina da FSM, aproximando as lutas e uma possível filiação da INTER-CCT a essa federação.



NEM UM DEDO IANQUE TOCARÁ A VENEZUELA!

OMBRO A OMBRO EM SOLIDARIEDADE COM A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA!

A agressividade imperialista dos EUA se mostrou de forma muito mais explícita quando o presidente estadunidense Barack Obama anunciou, no dia 9 de março desse ano, que a Venezuela representava uma ameaça à segurança americana. Em suas palavras: “A Venezuela é uma ameaça extraordinária à segurança nacional e política exterior dos EUA”. Mas suas ameaças não ficaram limitadas ao escárnio verbal, Obama emitiu “ordens presidenciais” de novas sanções ao país que já vem sofrendo e resistindo à guerra econômica imposta pela oligarquia local associada ao imperialismo.

A dependência econômica da Venezuela, com baixo nível de industrialização, torna o país refém do petróleo, característica típica de países latino-americanos, cujo capitalismo se desenvolveu com caráter dependente. O ouro negro de nosso tempo é abundante no país, cerca de 200 anos de reservas, sendo a Venezuela um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Mesmo hoje a PDVSA (empresa estatal Venezuelana) estando completamente a serviço dos interesses nacionais e da Revolução Bolivariana, como processo em curso, e contribuindo para transformar significativamente o país, a economia venezuelana depende da importação de boa parte de tudo que é consumido. Nessa condição, dentro do largo espectro do que foram as tentativas golpistas recentes no país, a guerra econômica desencadeada pelas potências imperialistas, com a baixa do preço internacional do petróleo, vem cumprin-

“Essa ofensiva estadunidense mais recente sobre a Venezuela ocorreu após o governo bolivariano descobrir um plano golpista, articulado por setores da oligarquia local” e por opositores em Madrid e Miami”

do papel desestabilizador central.

A recente declaração de Obama remonta a velhas afirmações de Bush, às vésperas das invasões militares do Iraque e Afeganistão. Ideologicamente são idênticas: a ameaça a segurança nacional dos EUA e uma suposta violação de direitos humanos por parte do governo bolivariano. Falta agora os EUA inventarem o perigo do “programa nuclear Bolivariano” ou a necessidade de invadir para procurar supostas “armas biológicas”.

Os imperialistas ainda exigem a libertação de Leopoldo Lopez e Antonio Ledezma, o prefeito de Caracas recentemente detido por conspirações golpistas.



Segundo a direita venezuelana, quando preso, Ledezma teria sido espancado e agredido pela Guarda Bolivariana. Mas inúmeros vídeos provam que na detenção de Ledezma, não só os “direitos humanos” foram respeitados, como o entreguista sequer foi algemado. A hipocrisia imperialista chega ao seu ápice, mesmo não havendo dúvidas de que é na Baía de Guantánamo

e nos inúmeros porões da CIA que se encontram a maior concentração de violação dos direitos humanos.

Essa ofensiva estadunidense mais recente sobre a Venezuela ocorreu após o governo bolivariano descobrir um plano golpista, articulado por setores da oligarquia local e por opositores em Madrid e Miami. Estava se planejando um bombar-



deio na capital com um setor entreguista da aviação das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas – FANB. Entre os alvos estavam a emissora TeleSUR e o Palácio Miraflores. Contudo, esse plano foi descoberto e neutralizado pelo governo, justamente pela prisão de um de seus mentores, o prefeito de Caracas: Antonio Ledezma. A descoberta do plano ocorreu através do documento intitulado “Acordo de Transição”, no qual se acordavam entre os setores golpistas como se daria a partilha da nação, tanto dos poderes quanto das riquezas.

Não há dúvidas que se tratava de um “Acordo de Traição”. Nesta conjuntura de tensões permanentes (há quatro anos não há embaixadores de ambos os países), qualquer mudança no Governo da Venezuela representa uma interrupção ou retrocesso nas sucessivas reformas populares em curso no país.

Mas devemos ficar atentos: essa não é uma conjuntura que afeta, ou procura desestabilizar apenas a

“é necessário, nesse momento de crise e agressão, aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos de poder popular”

Venezuela. Está sendo preparada uma investida de larga escala por todo continente Latino Americano, e hoje os EUA têm condições plenas de justificar uma guerra prolongada para uma rapina profunda. A crise evidentemente exige ao capital uma dominação espoliadora mais aprofundada do que a dominação tradicional e estável do início do século XXI. E a situação atual da Ucrânia, tomada pelo neo-nazismo, imersa em guerra civil, não começou de uma hora para outra. A tragédia que se abateu sobre a Líbia com o assassinato mais cruel de Kadhafi também não foi provocada de forma repentina. Em verdade, do ponto de vista da totalidade da processualidade social, a natureza do capital é irracional e destrutiva. Porém, para se executar concretamente essa natureza são necessárias mentes planificadoras. Dessa forma, nenhuma derrubada contra-revolucionária é abrupta, mas sim milimetricamente pensada e preparada, sem hesitar no uso dos métodos mais sangrentos e desumanos possíveis para tal.

Da mesma maneira a intervenção na Venezuela e em toda a América Latina não começou agora e tem sido cada vez mais aprofundada: desde o terrorismo midiático que procura passar a ideia de um país falido e desestruturado até o assassinato de importantes quadros muito avançados ideologicamente como o caso de Robert Serra. As tentativas de acusar o Governo Bolivariano de “ditadura” parecem esquecer que a participação do cidadão venezuelano nas eleições, mesmo não sendo obrigado a votar, superam a casa dos 80%, enquanto que nos EUA essa cifra não chega à metade. A Rede Globo e os meios de comunicação no Brasil insistem em classificar a Venezuela como uma “ditadura chavista”, enquanto nos últimos 15 anos aconteceram 18 processos eleitorais(!).

Tenta-se de esconder a verdade de inúmeras vitórias da Revolução Bolivariana. Segundo a UNESCO, a Venezuela é hoje o 5º país em matrículas no ensino superior do mundo, e na América Latina ocupa posições do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima de potências como o Brasil, por exemplo.

As “guarímbas”, manifestações conclamadas pela direita venezuelana, que mobilizaram a parte conservadora do movimento estudantil (principalmen-

te da UCV – universidade mais tradicional da Venezuela) para fazer barricadas, atacar prédios públicos e símbolos nacionais, motivados pela ideologia fascista dos “manos brancas”, caíram em descrédito depois da morte de 43 venezuelanos. No entanto, isso não impede a constante criação de distúrbios urbanos e de outras táticas frequentemente utilizadas: o recrutamento de mercenários, ações violentas por paramilitares colombianos, etc.

Desde 1998, passando por momentos de ápice como em 2002 (o golpe que instituiu um governo durou menos de uma semana), até essas recentes agressões, que inclusive têm sido cada vez mais frequentes, tudo demonstra que o imperialismo jamais permitirá que sequer uma única nação latino-americana desfrute de sua soberania e construa uma sociedade progressista em paz. Tais elementos nos inquietam enquanto comunistas e nos levam a crer que a Revolução Bolivariana vem alcançando seus limites no que tange aos avanços democráticos por dentro da ordem. Concordamos com a posição defendida pelo Partido Comunista da Venezuela (PCV) segundo a qual não há socialismo plenamente desenvolvido na Venezuela, mas sim fortalezas de consciência e organização nas massas que podem abrir o caminho para transformações profundamente revolucionárias. Uma ruptura deverá ser feita, chega-se cada vez mais próximo da necessidade de liquidar de uma vez por todas os redutos de poder desestabilizador da oligarquia nacional e dos monopólios capachos do império.

A Ditadura do Proletariado, como poder popular autônomo, e a democracia

das massas deverá destruir o Estado burguês e erguer sob suas ruínas as bases de um novo tipo de poder, destinado no primeiro momento a combater a reação, tanto interna quanto externa. E, depois, aprofundar o caminho ao socialismo, expropriar o expropriadores, colocar a produção sob controle democrático dos trabalhadores e realizar todas as tarefas de desenvolvimento autônomo nacional renegadas pelas revoluções burguesas e pela independência interrompida. Para isso é necessário, nesse momento de crise e agressão, aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos de poder popular, como os Conselhos Socialistas de Trabalhadores, os Conselhos Comunais, os Sindicatos, e todas as formas de organização popular, para criar um verdadeiro Bloco de poder anti-imperialista, unitário e patriótico.

Para liquidar o poder da burguesia o Governo Bolivariano está tomando medidas importantes, como a aprovação da Lei Anti-imperialista (Ley Habilitante Antiimperialista) que dá poderes especiais ao Presidente Maduro em caso de ameaças bélico-militares. A prisão de Ledezma e de todos os golpistas conspiradores descobertos também corrobora para neutralizar o poder burguês no país.

Diante de tais acontecimentos, nós do PCLCP acreditamos que é necessário que todos os democratas radicais, progressistas, revolucionários socialistas e comunistas, devemos engrossar as fileiras em unidade para a solidariedade internacionalista na defesa mais firme e incondicional da Revolução Bolivariana, da soberania e autodeterminação do povo venezuelano!



NEM UM DEDO IANQUE TOCARÁ A VENEZUELA!

OMBRO A OMBRO EM SOLIDARIEDADE COM A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA!

VENEZUELA LIVRE RUMO AO SOCIALISMO!



A CRISE URBANA E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Conjunção Estado/setor imobiliário/capital financeiro agrava os problemas urbanos e torna a luta na cidade explosiva

Conhecer o fenômeno urbano e seus dilemas atuais exige mais do que análises descritivas do processo de urbanização. Ele não pode ser explicado somente por análises censitárias isoladas que descrevem o crescimento populacional, nem tão somente pelos fluxos de movimentos migratórios campo-cidade, e nem ainda por analogias mais sofisticadas do urbano como organicidade evolutiva que se assemelha aos seres vivos. Todas essas análises consideram o espaço social ao nível dos efeitos, acabando por desvincular o território da formação social que o produz. O espaço urbano e a cidade devem ser compreendidos a partir da sua produção. Quem produz o espaço social são as forças de produção (força de trabalho + instrumentos/meios de produção) em unidade contraditória com as relações sociais de produção no interior do modo de produção. A urbanização, assim, é um processo social complexo que ocorre desigualmente no território.

A existência da cidade precede o capitalismo, fazendo da realidade urbana um embrião já na antiguidade clássica. Ela se manifestou inicialmente como cidade política (a *polis* grega) no modo de produção escravista, e posteriormente na cidade comercial da idade média, que se tornou importante centro de difusão e universalização da troca de mercadorias. No entanto, a cidade (que expressa a forma urbana) passa a *predominar* socialmente sobre o campo a partir da *industrialização* na sociedade capitalista. Isso tem clara relação com o fato de que nessa sociedade, segundo Marx, “se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho”, uma vez que “a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria”. Na cidade capitalista, “o possuidor de dinheiro [...] encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias” e por isso a cidade (que já era um importante espaço de troca de mercadorias na Idade Média) se torna espaço privilegiado para o desenvolvimento do capital.

A relação entre industrialização e urbanização pode ser direta ou indireta e muda de país para país, o que acabou por induzir urbanizações com características distintas. A Inglaterra dos séculos XVIII e XIX é o que poderíamos chamar de modo *clássico*: a concentração fundiária, operada na segunda metade do século XVIII, forneceu os braços de que a indústria necessitava, alterando bruscamente a distribuição da popula-

Arte de Rafael Werkema



ção que em 1770 era de 40% residentes no campo; em 1841, somente 26%. Assim, a industrialização é a grande responsável pela universalização da influência da cidade sobre o conjunto da sociedade.

Esse fenômeno hoje já é mundial. Considera-se que 54% da população mundial vive em áreas urbanas. A consequência é que passamos a ver nas últimas décadas o que poderíamos chamar de processos *não-clássicos* de urbanização, com duas formas principais:

- 1) inicialmente impulsionada pela industrialização dependente, em que a urbanização acompanha o processo de industrialização com baixos salários, temos hoje a realidade de cidades industriais dos países periféricos em que o crescimento tem se dado mesmo com o fechamento de fábricas e tendência à desindustrialização, como é o caso de São Paulo;
- 2) noutros lugares, a urbanização desligou-se mais radicalmente da industrialização, como em diversas cidades africanas, latinoamericanas e asiáticas. Ocorre o que, do ponto de vista estrito, poderia ser chamado de *urbanização sem industrialização*, mas que no sentido amplo se liga à industrialização mundial e a relação de

dependência e subdesenvolvimento relativo, ao redor do globo.

Assim, a produção do espaço urbano se liga não somente à produção imediata, mas sim à produção em geral, que engloba relações de distribuição e consumo. Isso faz com que os espaços de assentamento humanos sejam formados por fatores muito mais amplos da divisão social e territorial do trabalho e do conflito de classes.

Tão logo o processo de urbanização seja ativado pela lógica industrial de produção, isto é, tão logo a realidade urbana apareça como realidade espacial e *produto* do trabalho social, ela passa também a exercer influência como *instrumento*, sendo assim, induzida e indutora da realidade social. É por isso que Lefebvre diz que “a urbanização e o urbano contêm o *sentido* da industrialização”, sendo “forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros)”. Portanto, o que Lefebvre chama de *duplo processo urbanização-industrialização* é uma unidade contraditória que se expressa no “choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial”.



A sociedade capitalista fornece o fundamento da crise urbana

É comum se ouvir falar que os problemas que vivemos nos grandes centros são decorrentes pura e simplesmente da aglomeração humana, ou seja, da cidade. Assim, diversas estratégias de “regresso ao campo” são tratadas como possíveis soluções aos problemas vividos. Ora, desde os primórdios da sociedade, foi justamente a possibilidade de aglomeração, do encontro, do trabalho social, que possibilitou fatores sociais de desenvolvimento. Quando falando em problemas da cidade, não estaríamos falando da cidade capitalista? Pois se falamos da cidade capitalista, não há dúvida de que ela sim está em crise. Por isso, é necessário fazer uma distinção entre a cidade e o urbano.

A cidade é aquela que carrega a forma urbana, e expressa seu conteúdo social decorrente da simultaneidade da vida cotidiana. Por isso, há na história tipos distintos de cidades que carregam o embrião da vida urbana desde os primórdios. O que ocorre, portanto, é que a realidade urbana está apenas em nascimento, e não se deve pensá-la como o acúmulo dos problemas da cidade capitalista, mas justamente o seu oposto: a cidade capitalista que anuncia o urbano, nega permanentemente a sua plena realização. Sendo a “crise da cidade” atual a crise da forma urbana derivada da sociedade industrial, portanto a “crise final” da cidade capitalista, então a crise urbana deve ser entendida como a crise de nascimento da sociedade urbana.

Sendo a industrialização um fenômeno amplo e mundial, então a crise urbana é um fenômeno igualmente mundial cujas causas práticas e as razões ideológicas variam segundo os países. Portanto, é preciso caracterizar essa crise como um processo que se desenvolve em distintos graus e segundo ritmos próprios da sociedade de classes em cada território e tempo histórico.

Desde a gênese e consolidação do capitalismo – no processo que caminha da universalização de troca de mercadorias, passa pelo papel do dinheiro como equivalente universal e desdobra-se no surgimento do mercado mundial de capitais – as funções de rentabilidade e busca de realização do lucro capitalista passam a predominar no espaço social: o valor de troca subordina o valor de uso. Isso gera o que Lefebvre chama de espaço abstrato, um correlato do trabalho abstrato descoberto por Marx, que é o trabalho abstraído de suas propriedades concretas, voltado pura e simplesmente para a produ-

ção de valor e valorização do capital. O espaço abstrato é aquele cuja função principal é a própria rentabilidade do capital, e tem na terra transformada em mercadoria a expressão mais evidente. Assim, da mesma forma que um capitalista não conhece todas suas fábricas ao redor do mundo, um grande proprietário de terras (rurais ou urbanas) não conhece suas terras. A aproximação atual entre mercado de capitais e mercado de terras faz cada vez mais com que um título de propriedade seja encarado simplesmente como um ativo financeiro que funciona como capital portador de juros. Atualmente, a construção civil e o mercado imobiliário já estão vinculados ao capital financeiro.

Mas o espaço social não se produz como uma mercadoria qualquer e, por isso, possui uma realidade própria, que faz com que ele não seja mero “palco” onde transcorrem as relações sociais. O espaço social está ligado direta e indiretamente à reprodução da sociedade como um todo e de suas relações. Assim, o espaço social pode intervir *diretamente* como capital constante (o edifício da fábrica, depósito, galpão, que transfere valor), como propriedade imobiliária (espaço construído que contribui para a elevação das rendas da terra), e como compressão do tempo social (através do desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes). Mas ainda, o espaço social pode intervir *indiretamente* na dinâmica social da produção como componente de reprodução da força de trabalho (através dos meios de consumo coletivos – hospitais, escolas, etc – e individuais – artigos de vestuário, eletrônicos, etc –, favorecidos pelas condições novas de acesso e consumo na e da cidade) e ainda como componente que influencia a luta de classes nas práticas espaciais, em que a própria cidade é um instrumento político de controle social exercido através do Estado (basta pensar-

mos em como a polícia atua em manifestações nos centros urbanos). Depois de produzido, o espaço social se descola do momento de sua produção, o que faz com que ele passe a influenciar a própria produção de novos espaços construídos, e as formas como os indivíduos e os coletivos concebem, percebem e vivem

novos espaços no cotidiano.

A característica imóvel do espaço social impõe simultaneidades e diferenças que faz com que o conjunto das classes sociais necessite coabitar uma mesma cidade, em maior ou menor grau de segregação sócio-espacial e exercendo diferentes funções. Assim, embora o capitalismo busque permanentemente

mercantilizar o espaço urbano, convertendo-o em espaço abstrato capitalista, o espaço como valor de uso resiste, mesmo que de forma dispersa e fragmentada. A cidade resiste à sua plena conversão em valor de troca ou instrumento político pelas classes dominantes. É nessa luta permanente entre espaço social (urbano) versus espaço abstrato (capitalista) que encontramos o fundamento da crise urbana. Essa é, no fundo, a expressão da dimensão espacial das contradições implícitas na lei do valor. Assim, a crise urbana é uma das dimensões da *crise estrutural* do sistema do capital, que se liga a mecanismos econômicos, políticos e sócio-culturais. A crise urbana se liga à racionalidade capitalista e à persistente tentativa de submeter o espaço urbano à produção, distribuição e realização da mais-valia. Dessa maneira, a crise urbana se vincula ao Estado capitalista e o papel do setor imobiliário.

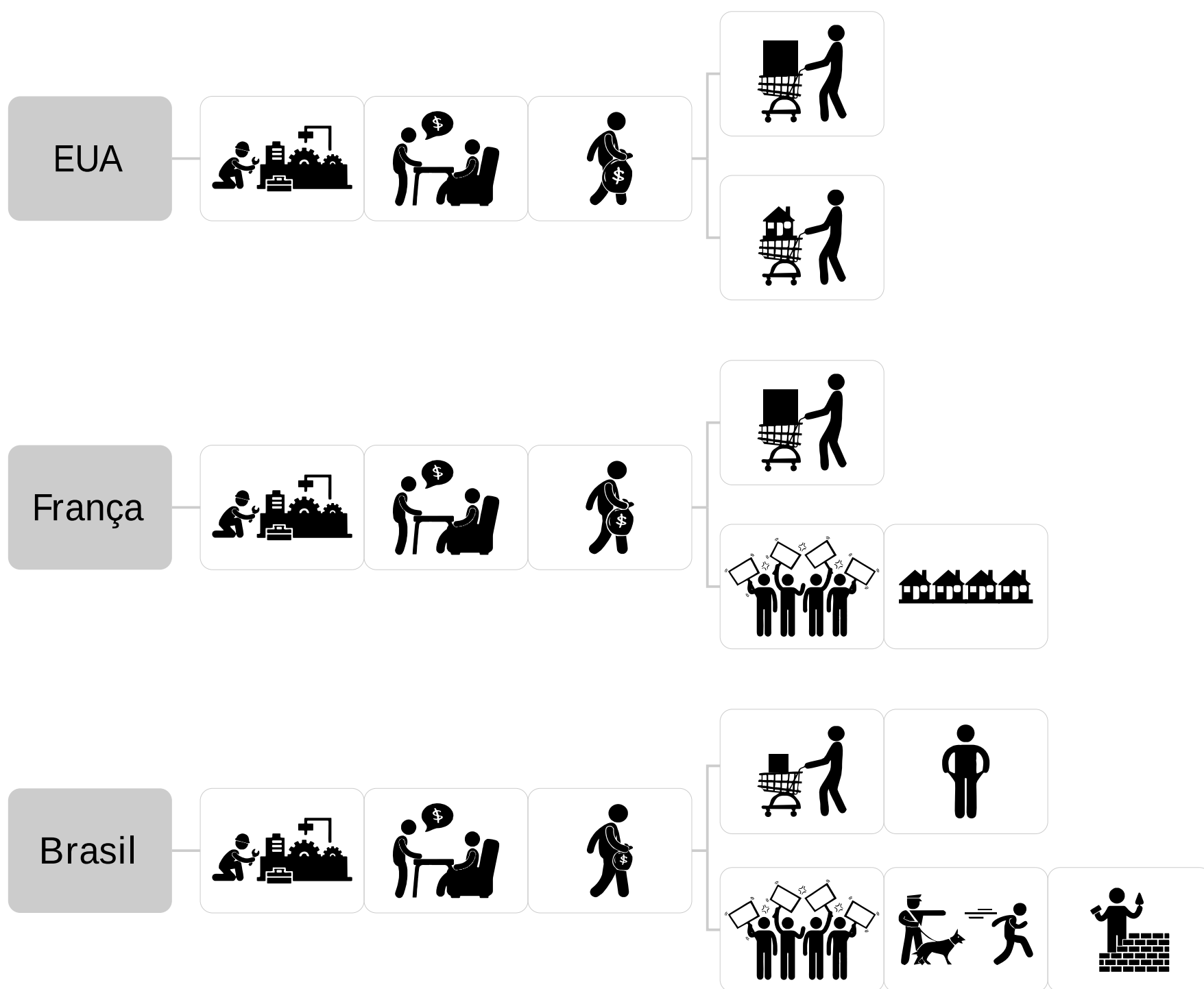
O que vemos ao nosso redor são os problemas relativos à cidade capitalista e não ao espaço urbano em si. Os engarrafamentos quilométricos,

“O que vemos ao nosso redor são os problemas relativos à cidade capitalista e não ao espaço urbano em si”

decorrentes da opção da burguesia pelo modelo rodoviarista e individual, que ainda hoje exonera as grandes montadoras de automóveis, enquanto os empresários do transporte aumentam a tarifa do transporte coletivo nas grandes cidades, são expressões da racionalidade capitalista. A falta de segurança nas cidades, a segregação sócio-espacial, são igualmente expressões da sociedade de classes. Os problemas ambientais, a poluição, estão também ligados à forma como o Estado trata os serviços públicos. Por outro lado, as praças, os parques públicos, as ruas repletas de gente manifestando, as grandes festas populares, a possibilidade de se ter diversas opções culturais, de conhecer uma infinidade de pessoas diferentes, são potenciais da realidade urbana que insiste e não se converter plenamente em mercadoria. A cidade precisa ser ocupada pelos trabalhadores, por aqueles que a produzem. Só assim a racionalidade urbana e o espaço como valor de uso poderá triunfar sobre a racionalidade capitalista e a cidade como valor de troca.

A Urbanização brasileira

A crise urbana é mais dramática em países com desenvolvimento capitalista dependente e associado. O Brasil viveu a urbanização dentro desse quadro de industrialização dependente, de modo que a forma predominante de produção de espaços de assentamento das famílias de trabalhadores nas grandes cidades ocorreu pela autoconstrução, cuja principal característica é a tendência a eliminar dos salários a parcela referente ao pagamento da moradia. É artifício de superexploração. Enquanto nos EUA, o trabalhador recebia um salário suficiente para financiar sua própria casa no mercado imobiliário, e na França os trabalhadores tinham acesso à habitação social via políticas do Estado; no Brasil, uma ampla camada de trabalhadores urbanos teve que construir sua moradia com um salário não previsto para isso, seja em loteamentos clandestinos, seja em favelas.



No Brasil, portanto, a urbanização é proveniente de um “desenvolvimento capitalista deformado e perverso”. A consequência é a criação duas realidades distintas, antagônicas, mas profundamente entrelaçadas: a da cidade *real* (ilegal) e a da cidade *legal*. Por um lado, a cidade legal se vincula ao processo da *urbanização corporativa*, no sentido de criar o espaço social funcional às frações hegemônicas vinculadas ao capital monopolista; e por outro lado, a cidade ilegal, o local de reprodução imediata das grandes camadas proletárias e semiproletárias que poderia ser tratado como um processo de “urbanização desurbanizante e desurbanizada” que anuncia mas nega permanentemente a realização das necessidades urbanas.

Atualmente, vivemos um processo de crescimento espraiado da metrópole, que condiciona um perfil urbano complexo com tendência à onipresença da metrópole no território nacional. Assim, a metrópole seria não só polo de atração, como estaria setorizada hierarquicamente, do núcleo fundamental dirigido por setores financeiros monopolistas (com nexos globais, ex: Avenida Paulista) em relação a núcleos secundários com vínculos intra-urbanos e regionais do capital monopolista e influenciando inclusive cadeias não monopolis-

tas de capital. Essa força é tão implacável, que mesmo em realidades ainda rurais vemos paulatinamente a entrada de costumes e formas de vida da cidade. Há então, no Brasil, uma realidade em que a contradição permanente entre a crescente socialização do espaço urbano e a segregação espacial dão contornos explosivos à crise urbana.

O Estado burguês diz querer resolver, mas agrava o problema

Nesse contexto, se por um lado o *papel invocado* pelo Estado capitalista é o de “resolver” ou “amenizar” em curto prazo os problemas decorrentes da crise urbana através dos instrumentos da política urbana – respondendo ao nível dos conflitos entre os diversos agentes e classes –, por outro lado, o *papel real* por ele desempenhado – para além de exitosas experiências pontuais – é o de manter a estrutura hierárquica, homogênea e fragmentada de dominação através do espaço abstrato. É por isso que mesmo com inúmeros planos de governos para as cidades, o que se sucede é o agravamento dos problemas urbanos.

Não só as formas de atuação do Estado são desiguais quanto a garantir o acesso aos meios de consumo coletivos, às políticas públicas, aos meios de reprodução da força de traba-

lho, como deve enfrentar permanentemente períodos de escassez de recursos ligados à maior ou menor possibilidade de rentabilidade proporcionada pela migração de capitais para o setor imobiliário. Assim, a crise fiscal da cidade se liga à crise do capitalismo como um todo e à crise de reprodução da forma urbana. As variáveis de empobrecimento da população, deterioração dos setores centrais da metrópole, grandes áreas ociosas convivendo com populações instaladas em áreas mal servidas de serviços essenciais, terra urbana cujos fins econômicos são alheios às necessidades de utilização, e o padrão periférico de crescimento com baixa densidade de ocupação, aumento das distâncias, ineficiências dos transportes, elevação dos custos sociais e privados da urbanização, e o comprometimento da eficiência da administração pública, figuram nesse cenário dramático como problemas quase insolúveis quando tomados isoladamente.

O Estado tal como está organizado e, profundamente articulado a interesses políticos e econômicos dominantes, não está interessado em resolver ou apresentar soluções globais para a crise urbana. A própria formulação de programas habitacionais isolados tem servido para subordinar e até encobrir a ausência de uma política urbana verdadeiramente abrangente. »



Assim, com maior ou menor presença no desenvolvimento urbano em cada conjuntura, o Estado segue a tônica dos mesmos interesses.

Desde os anos 1930, o Estado esteve mais vinculado à aceleração da urbanização capitalista dependente do que à resolução dos problemas urbanos. Foi assim na opção pela estratégia rodoviária de mobilidade urbana e interurbana, na Lei do Inquilinato (1942) que incentivou expansão das fronteiras urbanas e a opção pelo crescimento periférico das grandes cidades. Em se tratando da questão da habitação, a estratégia sempre foi mais política (eleitoral) e econômica de contenção de crises (injeção de recursos no setor da construção, créditos imobiliários, geração de emprego com altas taxas de exploração nos canteiros de obras) do que social, de resolução do problema da habitação de trabalhadores. Foi assim, desde a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) nos anos 1930 e 40 (que atendia somente pequena parcela de trabalhadores formais), passando pela Fundação da Casa Popular (FCP, criada em 1946), e chegando ao Banco Nacional de Habitação (BNH, criado em 21 de Agosto de 1964) no regime militar.

O BNH, em especial, foi responsável pela criação de um grupo político e econômico articulado em torno de interesses de construtoras, incorporadoras imobiliárias, bancos e associações de poupança e crédito imobiliário. A grande sacada foi a mobilização e transferência de vastos recursos públicos (como do FGTS) a uma gama de agentes privados. É por isso que os programas habitacionais Brasil não priorizam a faixa de 0 à 3 salários mínimos (que concentra maior parte do déficit habitacional), pois se caracterizam como “grupo de risco”, que não possibilita uma demanda solvente, e é onde se concentram os maiores índices de inadimplência em financiamentos.

A política do regime militar, na verdade, não alterou o padrão de crescimento urbano no Brasil. Estudos da época demonstram que se agravaram as condições de segregação sócio-espacial através da construção de moradias em terrenos inadequados e mal localizados, de baixa qualidade arquitetônica, e ainda mediante endividamento e crescimento dos preços de imóveis acima da renda dos trabalhadores. O BNH surgiu nos anos 70 como alternativa rentável para migração de capitais justamente num momento de crise do capitalismo mundial. Com a extinção do BNH em 1986, passados mais de duas décadas, os novos programas habitacionais, notadamente o “Minha casa, minha vida”, não apresentam grandes novidades, sequer do ponto de vista conjuntural: também surge num momento de eclosão de novo ciclo da grave crise do capitalismo.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) I (2009) e II (2011) – discute-se atualmente o lançamento do MCMV III – é o maior programa de produção de moradias no Brasil desde o BNH. O que tem se observado em diversos estudos desde então é o reforço dos mesmos problemas identificados à época do BNH em um contexto de continuidade do adensamento populacional de favelas e outras zonas populares após os anos 90. Há ainda no período atual uma verdadeira corrida das construtoras/incorporadoras imobiliá-

rias pela criação de um banco de terras (*land-bank*), cujo crescimento indica a possibilidade de ampliação da produção e valorização do capital dos credores que injetaram recursos após a abertura do capital dessas empresas na Bolsa de Valores em 2006. Esse processo como um todo levou à elevação de preços de imóveis acima dos subsídios e dos salários e, mais uma vez, a atuação mais forte do programa não esteve entre as faixas de 0 à 3 salários. Como se pode ver, há grande correspondência entre as consequências dos programas habitacionais dos governos Lula-Dilma e os do período BNH do regime militar.

Há, no entanto, agravantes pós ditadura. Criou-se um caldo que reforça a “ideologia anticidade”, que redundará na constituição de consensos sobre a inevitabilidade da insegurança nos espaços públicos, da incapacidade dos centros urbanos de oferecerem qualidade de vida, ou seja, de legitimação de destruição do espaço urbano. Assim surgem os padrões de expansão urbana via condomínios fechados (de alta e até de baixa renda) e de consumo via *shopping center*, dois grandes filões econômicos nas cidades atuais.

Há uma crescente convergência de interesses dominantes sobre a cidade, com nítida hegemonia desempenhada pela articulação Estado/setor imobiliário/capital financeiro. O paralelismo com a crise dos anos 70 é tão evidente que mais uma vez vemos o fortalecimento do setor imobiliário após grave repique cíclico da crise estrutural do capital ocorrido em 2008. A constituição tardia do setor imobiliário em nosso país só foi possível com amplo suporte estatal. A relação entre o Estado capitalista e setor imobiliário agiram desde os primórdios como linha de afirmação de interesses mútuos em consonância com a primazia econômica e política das classes dominantes, ainda que houvesse choques entre distintas frações de classe burguesa em diversos momentos e ainda que fosse necessário fazer concessões às classes trabalhadoras. A atuação destes interesses levou ao reforço da crise urbana e ampliação de sua extensão.

Esse processo, no entanto, é contraditório: embora aponte para o estrito controle das frações de espaço (grandes terrenos e obras, planejamento de partes da cidade, operações urbanas, etc), o que implica sua crescente fragmentação, contém também um componente espontâneo

resultante da distinta apropriação do espaço por classes e frações de classes sociais. Por isso Lefebvre dizia que “nem o capitalismo nem o Estado podem manter o espaço caótico e contraditório que produziram”. Por isso, tanto a “presença” quanto a “omissão” do Estado e do setor formal da indústria da construção constituem faces da mesma moeda, que garantem a acumulação de capital, mas também o controle do espaço urbano como instrumento político e como espaço de representação, objeto de consumo, voltado à reprodução ideológica da cultura dominante.

“há grande correspondência entre as consequências dos programas habitacionais dos governos Lula-Dilma e os do período BNH do regime militar”

Por que a luta urbana voltou ao centro do palco?

As chamadas “Jornadas de junho” de 2013 marcaram diversas inflexões na conjuntura política do país. Uma delas é a consolidação da transferência da centralidade da luta política do campo para a cidade. A questão fundiária sempre foi um palco de intensos conflitos no Brasil, e os principais motivos por trás disso são evidentes: o país jamais realizou uma reforma agrária, e se estruturou sobre uma base em que a concentração da terra é um elemento forte e permanente de seu desenvolvimento. A luta pela terra no campo e na cidade não são desvinculadas: é a permanência do latifúndio que caracteriza fortemente a forma como a urbanização brasileira se processou e continua sendo processada.

Por tudo isso, ainda que o Brasil tenha há bastante tempo a maior parte de sua população concentrada nas cidades, a luta pela terra no campo constituiu-se sempre como uma das principais batalhas dos movimentos sociais, cuja expressão máxima é a formação do MST como maior movimento social da América Latina. Após junho de 2013, contudo, temos visto uma grande ascensão da luta urbana, o que inclui não somente a luta pela moradia na cidade, mas também por transporte público de qualidade e melhoria no oferecimento de serviços públicos em geral (saúde, educação, segurança, etc.).

O estopim das “jornadas de junho” foi a mobilização em torno da questão do transporte. Logo em seguida, sobrepos-se a ela a questão da repressão policial e, mais tarde, as demais questões citadas acima. No decorrer dos últimos dois anos, conflitos ocorreram nos quatro cantos do país vinculados às operações urbanas para a realização dos megaeventos, especialmente a Copa do Mundo. Grandes contingentes populacionais foram removidos de suas casas, muitos sem garantia de assentamento.

Nesse processo, o movimento que se estruturou de forma mais sólida foi o movimento pela moradia, com destaque para o MTST. Essa consolidação, no entanto, não se processou da noite para o dia. Ela é fruto de décadas de lutas dos movimentos de moradia, que conseguiram acumular forças através da conquista de parcelas (ainda que bastante minoritárias) da destinação dos recursos dos programas habitacionais para o atendimento de suas demandas. Suas demandas não são somente o acesso à moradia como mercadoria. Lutam por controle popular do processo de produção de moradias e vão mais longe: a pauta desses movimentos inclui a luta pela Reforma Urbana como reversão do processo de subsumção do espaço urbano ao espaço abstrato (a mercantilização da cidade),

Na centralidade da luta dos movimentos de moradia em torno do lançamento do MCMV III está a disputa por uma maior destinação de recursos ao “Minha Casa Minha Vida - Entidades”, única parcela do programa que atende aos movimentos sociais em detri-»



mentos das construtoras e que na primeira versão do MCMV previa a destinação de apenas 3% do total de recursos. Além disso, há uma disputa pela vinculação do programa a uma política fundiária ofensiva, que seja capaz de ofertar terrenos de qualidade para a produção de habitação popular, ao invés de contribuir com o espraiamento urbano e a especulação imobiliária.

No contexto de crise em que nos encontramos, no entanto, a pressão vinda do outro lado, que quer apenas intensificar a forma capitalista de produção do espaço da cidade, cresce de forma avassaladora. O governo, que escolheu o conhecido político da direita Gilberto Kassab como seu ministro das cidades, ameaça não somente não aumentar a importância do MCMV - Entidades como também reduzi-la, ou mesmo extingui-lo. Além disso, o mesmo governo nomeou Miriam Belchior como Presidente da Caixa Econômica Federal. Sua principal proposta é a abertura do capital da Caixa, uma medida que certamente irá causar prejuízo aos setores que lutam para que programas como o MCMV se conectem à resolução do problema habitacional em detrimento do lucro das construtoras. O desfecho que ocorrerá com o lançamento do MCMV III, se é que ele realmente será lançado, trará apontamentos importantes para a continuidade da luta urbana. Os movimentos de moradia tomaram uma dimensão que certamente não pode mais ser ignorada. Dezenas de ocupações já ocorreram em diversas cidades, principalmente capitais, já no início de 2015. Sua disputa com os interesses capitalistas vinculados à questão imobiliária e à construção civil são o reflexo da disputa pela forma urbana em um contexto de profunda crise.

O PCLCP luta pela realização da Reforma Urbana com a instituição do direito à cidade. Nesse sentido é necessário acessibilidade à centralidade cultural e à vida urbana, aos espaços de encontro e intercâmbio desprendidos do valor de troca, e aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno dos momentos e lugares. Lutamos pela aplicação de políticas e serviços públicos



de interesse social para suprir as carências crônicas das populações urbanas, universalizando o saneamento básico e o acesso à infraestrutura urbana. É necessário reconhecer as ocupações urbanas como instrumento de organização popular, e combater as práticas de operações urbanas que direta ou indiretamente removem as populações mais pobres de áreas já consolidadas em favor do interesse do capital. Lutamos também para resolver a crise e desmercantilizar a mobilidade urbana. A mobilidade urbana deve ser considerada direito fundamental de todos e dever do Estado e nesse sentido é necessário criar condições para universalizar a gratuidade e em quantidade suficiente para atender à demanda fundamental, como alternativa atraente ao uso de veículos particulares. É necessário criar empresas públicas para implantar ou expandir redes transportes de massa nas grandes regiões metropolitanas do País, bem como criar uma rede de transportes de massas de longas distâncias democratizando o acesso dos trabalhadores a todo o território nacional.

- [1] MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. O processo de produção de capital – Volume I. Tomo I. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 141.
- [2] *Ibid.* p. 140.
- [3] Netto, José Paulo. “Prólogo à edição brasileira”, In: Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985, pp.I-XIV.
- [4] Dado da ONU, disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/planeta-ciencia/noticia/2014/07/mais-de-metade-da-populacao-mundial-ja-vive-em-areas-urbanas-diz-onu-4547970.html>, acesso em Março de 2015.
- [5] Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 85-7.
- [6] *Ibid.*, p. 16.
- [7] Fernandes, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984, p.71.
- [8] Maricato, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Julho de 1995.
- [9] Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 5º Ed., 3º reimpr, 2013.
- [10] Lefebvre, *id.*, p.25.
- [11] Em 1925 foi instalada a primeira montadora de automóveis no país, da General Motors. Dois anos depois foi negado o “Plano de Transportes Integrados” da empresa canadense Light and Power para São Paulo, que detinha o monopólio do transporte coletivo sobre trilhos na cidade (ver Mautner, Yvone. “A periferia como fronteira de expansão do capital”. In: Dead, C.; Schiffer, S. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999). Isso contribuiu não só para a implantação das indústrias automobilísticas no país, como influenciou na elaboração dos planos urbanos, que passavam a se pautar pelo transporte individual, como demonstra o plano de Brasília. Outro exemplo marcante desta reorientação foi o “Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo”, elaborado por Francisco de Prestes Maia e publicado em 1930, quando era engenheiro da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de São Paulo.
- [12] Entre 1937 e 1945, os IAP proporcionam a construção de cerca de 124 mil unidades (Mautner, 1999, p.249, nota 6)
- [13] Embora a FCP tenha produzido apenas 16.100 moradias entre 1946 – 1964 (Mautner, 1999)
- [14] Através do BNH produziu-se cerca de 4,5 milhões de moradias. Ver http://www.unbciencia.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=569:pesquisa-responsabiliza-politicas-de-habitacao-pela-carencia-e-escassez-da-moradia-no-brasil&catid=36:arquitetura-e-urbanismo.
- [15] Lefebvre *apud* Gottdiener, Mark. *A produção social do espaço urbano*, São Paulo: Edusp, 2ºEd., 1º reimpr, 2010, p.130.
- [16] Quando falamos em “movimentos de moradia” estamos nos referindo certamente àqueles que desempenham uma luta séria e que se relacionam à reforma urbana em geral. Há no Brasil atualmente uma gama enorme de movimentos de moradia, desde os mais combativos, honestos e comprometidos, até grupos que, sob uma sigla de movimento, funcionam na prática como “imobiliárias clandestinas”, cobrando aluguel das famílias e não desempenhando nenhuma luta real pela reforma urbana.
- [17] ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. “Minha Casa, Minha Vida’, o pacote habitacional de Lula”. 2009, Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171, acesso em Março de 2015.

Para conhecer nosso programa de luta completo, ver <http://cclcp.org/index.php/pclcp/programa>.